



TERRITÓRIO E HABITAÇÃO NO CAMPO
uma proposta para o Assentamento Comuna Amarildo de Souza

A função do arquiteto é, antes de tudo, conhecer a maneira de viver do povo em suas casas e procurar os meios técnicos de resolver as dificuldades que atrapalham a vida de milhares de pessoas.

Lina Bo Bardi

Território e habitação no campo

uma proposta para o Assentamento
Comuna Amarildo de Souza

Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Trabalho de Conclusão de Curso

Maria Eduarda Martins

Orientadora Prof^ª Dra. Maria Inês Sugai

2024.1

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho e na minha formação como arquiteta e urbanista.

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais, que sempre apoiaram minhas decisões e meus sonhos; às minhas irmãs, Fernanda e Flávia, por serem pacientes comigo; e aos meus sobrinhos, Leonardo e Joaquim, por darem amor com tanta facilidade e sinceridade.

Aos meus amigos e colegas de curso, em especial ao Luís Paulo, Bianca, Matheus, Gilberto, Anelise, Gabriela, Emanuele e Truppel, sou grata por compartilhar essa jornada com vocês.

Ao João, meu companheiro e amigo, que me escuta, me acalma e me apoia.

Ao grupo Programa de Educação Tutorial do curso de Arquitetura e Urbanismo (PET ARQ UFSC), por me mostrar o que é arquitetura de interesse social e contribuir tanto com a minha formação.

Ao corpo docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, em especial à minha orientadora, professora Maria Inês Sugai, por todo conhecimento compartilhado nas aulas e no desenvolvimento deste trabalho.

À Universidade Federal de Santa Catarina, que um dia foi sonho e hoje é realidade. Agradeço a oportunidade de me formar numa instituição de ensino pública, gratuita e de qualidade.

Aos Amarildos, agradeço pelas recepções calorosas e pelo fornecimento de informações para o desenvolvimento deste trabalho. Obrigada, Luzia, Vitor, Daltro, Val, Vânia, Renato, Seu Ronaldo, Fábio e Bárbara.

Dedico este trabalho a vocês!

SUMÁRIO

1	introdução	5
	1.1 objetivos	5
	1.2 metodologia	6
2	terra, trabalho e teto	8
	2.1 questão da terra	8
	2.2 habitação camponesa	10
3	os Amarildos	13
	3.1 gênese de um movimento social	13
	3.2 ocupação rururbana	14
	3.3 da cidade ao campo	16
4	Assentamento Comuna Amarildo de Souza	18
	4.1 caracterização geral	18
	4.2 diagnóstico: aspectos ambientais e produtivos	19
	4.3 diagnóstico: infraestrutura	21
	4.4 diagnóstico: núcleo principal	22
	4.5 diagnóstico: arquitetura existente edificações coletivas	23
	4.6 diagnóstico: arquitetura existente habitação	24
	4.7 síntese	25
5	a proposta	27
	5.1 diretrizes da proposta	27
	5.2 projeto de zoneamento	28
	5.3 implantação	29
	5.4 habitação camponesa	30
	5.5 espaço multiuso	32
	referências	33

fig. 01. bandeira da Comuna Amarildo de Souza na festa de 1 ano da chegada em Águas Mornas/SC
fonte: Venuto, 2015



1 INTRODUÇÃO

As desigualdades fundiárias e a concentração da propriedade da terra são pontos fundamentais na análise da significativa desigualdade social, econômica e territorial no Brasil. A questão agrária brasileira mostra que o país se constituiu estruturalmente sobre a desigualdade, de forma que a estrutura fundiária é um reflexo das relações de classe sobre o território (Linhares; Silva, 2021).

A disputa por esse território e a ideia de contrapor os interesses hegemônicos surge a partir da organização popular no século XX, com pautas pelo direito à terra, à cidade e à moradia. No território urbano emergem, na década de 1980, ações organizadas e massificadas de ocupações de terras, aumentando a tensão no espaço: é a cidade como palco de disputas de classe (Calheiros, 2016). Contudo, a atuação nas áreas rurais e a luta pela democratização do acesso à terra demanda uma abordagem diferenciada, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) propõe desde sua criação, por meio de ocupações de terras improdutivas e a pressão pela implementação da reforma agrária.

Nas últimas décadas, identificou-se novas formas de luta, nas quais o campo e a cidade são pensados juntos e a base social passa a ser composta por camponeses e trabalhadores pauperizados do perímetro urbano. Fruto da união das bandeiras de luta do campo e da cidade e com reivindicações por “Terra, Trabalho e Teto” na Região Metropolitana de Florianópolis, o movimento Amarildo entrou no cenário político em 2013 ao promover a ocupação de um terreno localizado às margens da SC-401, no norte da ilha de catarinense, sendo considerada a maior ocupação rururbana do estado de Santa Catarina. A ocupação durou apenas 120 dias, mas contou com um número impressionante de mais de 1500 pessoas organizadas e o cadastro de 489 famílias no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A conquista da terra aconteceu no ano seguinte, e as famílias remanescentes da Ocupação Amarildo de Souza compõem um assentamento de reforma agrária localizado no município de Águas Mornas, na Região Metropolitana de Florianópolis.



Este trabalho aborda a luta pela terra produtiva e a produção e reprodução da pequena propriedade rural, compreendendo as relações próprias do campesinato e a importância de criar referenciais de território e arquitetura para o campo.

1.1 objetivos

objetivos gerais

O objetivo deste trabalho é desenvolver uma proposta de uso e ocupação do Assentamento Comuna Amarildo de Souza no município de Águas Mornas/SC considerando as possibilidades de distribuição territorial das demandas por espaços coletivos, de produção e de moradia dos assentados de reforma agrária.

Ademais, objetiva-se o desenvolvimento de uma proposta habitacional e de edificações de uso coletivo nos moldes do Programa Minha Casa, Minha Vida - Rural (MCMV-Rural).

objetivos específicos

- desenvolver uma proposta que promova habitabilidade e dignidade aos assentados ao considerar o contexto rural;
- desenvolver uma proposta de distribuição do espaço que considere o atual funcionamento e dinâmica do assentamento, assim como e as possibilidades futuras;
- desenvolver uma proposta arquitetônica de construção por etapas a fim de considerar a redução de custos e a possibilidade de financiamentos sob as atuais regras de programas de habitação social;
- contribuir com a autonomia do grupo ao evidenciar a facilidade construtiva e de manutenção da proposta junto a metodologias que aliam prática, técnica e coletividade, como ações de autogestão ou autoconstrução;
- buscar por materiais e técnicas que aliem a viabilidade financeira, de produção e de manutenção.

1.2 metodologia

Este trabalho está dividido em três fases: (1) estudos e levantamentos; (2) diagnóstico; e (3) proposta de uso e ocupação do assentamento e proposta arquitetônica.

A temática e abordagem deste trabalho tem origem numa principal motivação: construir um projeto fundamentado na realidade e com relevância social, de forma a contribuir na interlocução universidade-sociedade. Por esse motivo, durante a primeira fase realizou-se visitas ao assentamento e aproximação com os assentados para compreensão da atual situação do local de estudos e das perspectivas do grupo. As visitas tiveram caráter variados: reuniões internas; pernoite para acompanhar – e tentar auxiliar – as atividades de plantio, colheita, processamento e distribuição; eventos comemorativos como aniversários de 9 e 10 anos do assentamento etc. Paralelamente foi necessário compreender a temática do trabalho a partir do levantamento bibliográfico sobre a questão agrária brasileira, moradia camponesa e programas de habitação rural, assim como a compreensão do movimento Amarelido com a leitura de autores como Calheiros (2016), Nascimento (2018) e Livramento (2019), de forma a relatar os três principais momentos do grupo: a gênese de um movimento que uniu as bandeiras de luta do campo e da cidade, a primeira ação direta por meio da ocupação de terras griladas e a conquista da terra.

Durante a segunda fase do trabalho, foi necessário fazer o levantamento de documentações dos dados sociais, ambientais, geomorfológicos e de infraestrutura do assentamento. Destaco um documento que foi essencial para viabilizar o desenvolvimento das atividades subsequentes: o estudo de viabilidade técnica desenvolvido pela agricultora assentada e engenheira agrônoma Bárbara Santos Ventura (2016), do qual foi possível extrair dados ambientais e produtivos do imóvel. Todos os mapas foram desenvolvidos com o software QGis a partir do redesenho das informações presentes no estudo de viabilidade ou de dados estaduais ou municipais georreferenciados. Para garantir o rigor de tais informações, os dados foram verificados nas visitas e levantamentos no assentamento realizados pela autora, pelos relatos e normativas técnicas. Por fim, a segunda fase compreendeu as problemáticas do grupo e suas potencializadas a fim de estabelecer um diagnóstico para elaboração de diretrizes e critérios de intervenção.

Enfim, a terceira e última fase do trabalho tinha como objetivo a elaboração da proposta de uso e ocupação do solo considerando as demandas coletivas relacionadas a produção, atividades coletivas, núcleos familiares, infraestrutura e manutenção; assim como a elaboração de proposta arquitetônica das moradias familiares e edifícios coletivos, desenvolvidas a partir da definição de um partido arquitetônico, estudos de insolação e ventilação, estudos de materiais e tecnologias.



fig. 02, 03, 04, 05 e 06. visitas e festas no Assentamento Comuna Amarelido de Souza, em Águas Mornas/SC
fonte: acervo da autora, 2023 e 2024

fig. 07. vista aérea da vegetação e relevo do Assentamento
Comuna Amarildo de Souza, em Águas Mornas/SC
fonte: Cepagro, 2019



2 TERRA, TRABALHO E TETO

2.1 questão da terra

A estrutura fundiária brasileira apresenta profundas desigualdades que remetem à processos de colonização, escravidão, expropriação de trabalhadores e desenvolvimento capitalista. Apesar de marcos regulatórios como a Lei de Terras e o Estatuto da Terra, a democratização do acesso à terra nunca ganhou dimensões significativas, mesmo sendo pautada pela resistência popular ao longo das últimas décadas.

A ocupação e distribuição de terras no período do Brasil Colônia foi estabelecida pelo regime de sesmarias sob critérios que privilegiavam a transmissão hereditária e impediam a venda, conferindo nenhum valor comercial à terra, ainda que este sistema favorecesse uma classe privilegiada. Naquele tempo, a posse e acumulação de terras estava pouco relacionada com o lucro, mas sim com prestígio social e político do proprietário (Linhares; Silva, 2021).

Até meados do século XIX, a apropriação de terras ocorreu de maneira desordenada, sendo regulamentada pela primeira vez em 1850 com a promulgação da Lei de Terras, que estabeleceu a propriedade privada e determinou o acesso legal à terra exclusivamente por meio da compra. As reformas liberais do século XIX, as quais incluíram, entre outros, a regulamentação da posse da terra, o fim do tráfico transatlântico de escravos e a abolição da escravatura – respectivamente Lei Eusébio de Queiróz em 1850 e Lei Áurea em 1888 –, culminaram na promoção da concentração de recursos nas mãos de grandes latifundiários devido à ausência de concorrência no mercado fundiário, ao passo que surgia um contingente de trabalhadores rurais sem-terra: ora trabalhadores rurais livres despojados de suas terras devido a impossibilidade de adquirir a propriedade por meio da compra, ora a população negra recém liberta sem suporte de um aparato de distribuição de terras (Freitas, 2022; Linhares; Silva, 2021; Signor, 2019).

As mudanças políticas nos anos subsequentes interferiram pouco na estrutura fundiária do país ou na tendência da grande propriedade e da expropriação do trabalhador. Até mesmo a instauração da República, que poderia aproximar-se da ideia reformista e revolucionária – muito presente em

alguns países da América Latina – consolidou a hegemonia agrário-conservadora ao dar autonomia para elites locais agrárias que passaram a agir por meio da dominação ideológica e opressora. Não obstante, a questão agrária passou a ser fonte inesgotável de violentos conflitos, como em Canudos e Contestado, que marcaram a explosão de massas populares e o debate sobre o monopólio da terra no cenário político e social brasileiro (Linhares; Silva, 2021).

Ao longo do século XX, as condições de vida e trabalho dos camponeses permaneceram em destaque no cenário nacional, dessa vez devido a uma política de desenvolvimento e modernização promovida pelo Estado, com o objetivo de aumentar a produção de alimentos e o abastecimento do mercado interno. Esse processo de industrialização acabou por definir a agricultura capitalista brasileira, que, segundo Wanderley, é caracterizada pela concentração de terras, sendo um “elemento central de controle dos recursos produtivos e do poder político” (2009, p. 24, apud Signor, 2019). A partir de 1964, a política de desenvolvimento agrícola dada pelo Estatuto da Terra instituiu dispositivos para o uso da terra. Em um contexto de regime militar, no qual as mobilizações que iam contracorrente do modelo de unidade de produção capitalista e favoráveis à reforma agrária foram criminalizadas ou sofreram a intervenção governamental, o texto do Estatuto foi interpretado como continuidade do amparo à grande propriedade e favoreceu o modelo do agronegócio. Portanto, apesar do Estatuto prever a reforma agrária, esta nunca foi efetivada de forma global (Freitas, 2022; Lenzi, 2017; Linhares; Silva, 2021; Signor, 2019).

Nessa conjuntura, observou-se a inversão da relação campo-cidade: em 1950, 64% da população brasileira vivia no campo; em 1991, esse índice reduziu para 24%. O tema do abandono da terra natal está presente na produção cultural nacional deste período por meio de músicas, poemas, arte e cinema; algumas vezes, aponta a seca, a pobreza e a fome como os principais motivos do êxodo rural, entretanto, a tensão entre essas massas populares e o latifúndio também foi responsável pelo movimento de migração (Linhares; Silva, 2021).

A reforma agrária nos aproximaria de um regime mais democrático, popular.
(Linhares; Silva, 2021, p. 273)



fig. 08. agricultor assentado do Assentamento Comuna Amarildo de Souza utilizando camiseta com os dizeres “terra, trabalho e teto”
fonte: Ana Rita Mayer, 2014

A estrutura de dominação sobre a questão agrária brasileira apresentada até agora prejudicou o desenvolvimento de uma atividade agrícola independente desenvolvida por homens livres à medida que gerou uma dependência perante o capital. Como contraponto ao modelo de agricultura capitalista – a unidade capitalista de produção do agronegócio – está a unidade de produção familiar e a pequena propriedade rural, já reconhecidos em marcos regulatórios institucionalizados em outros países em meados do século XX. Contudo, no Brasil, o conceito de **agricultura familiar** foi definido apenas em 2006 com a Lei nº 11.326 e enquadra aquele que pratica atividades no meio rural com uso predominante de mão de obra familiar nas atividades econômicas, que tenha percentual mínimo da renda familiar originado de tais atividades e que dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família¹ (Brasil, 2006). **Mesmo sem o reconhecimento desta forma de produção dentro da lógica da modernização, o campesinato é referência enquanto ator social na história brasileira** (Freitas, 2022).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) consolidou-se na luta pelo direito à terra num contexto de contínuos atos de extrema violência no campo. Em oposição à pressão dos proprietários de terra contra qualquer tentativa de implementar a reforma agrária, está o surgimento de um forte movimento social autônomo com alto poder de mobilização. Mais recentemente, o MST também se consolidou enquanto produtor de alimentos orgânicos e agroecológicos. Vale pontuar que, além de movimentos sociais de luta no campo, no mesmo período eclodem também movimentos sociais urbanos que buscam a ampliação dos direitos à moradia e à cidade.

Desde 2011, afirma-se que 70% dos alimentos consumidos no Brasil é produzido pela agricultura familiar²; entretanto, em nota técnica, Hoffmann (2015) questiona tais estatísticas – de forma inoportuna, como bem pontuam Mitidiero Junior et al. (2018). Não pretende-se dialogar com argumentos sobre os dados estatísticos da produção de alimentos no país, mas reafirmar as disputas que envolvem a propriedade de terra e seus usos; **disputas estas que não surgem do nada, mas possuem um histórico bicentenário de controle da terra a partir da propriedade privada e de inexistência de democratização do acesso à terra no Brasil.**

Os pequenos estabelecimentos, que abrigam, em sua maioria, o que reconhecemos como produção camponesa, mal assistidos pelo Estado, com pouca terra – e geralmente com as piores terras-, são os que produzem a comida que vai para a mesa dos brasileiros. Essa realidade deveria fazer com que a reforma agrária fosse uma luta e um lema cotidiano na vida de todos nós. (Mitidiero Junior; Barbosa; de Sá, 2018, p. 67)

A política de reforma agrária é definida como “o conjunto de medidas conduzidas pelo Poder Público a fim de promover a distribuição de terras entre trabalhadores rurais, atendendo aos princípios de justiça social e aumento da produtividade” (Brasil, 1964). Atualmente, o Incra (2023) estabelece que a reforma agrária deve proporcionar a desconcentração e democratização da estrutura fundiária que, como exposto anteriormente, é fruto do favorecimento de uma minoria privilegiada e do estabelecimento do modelo de agricultura capitalista brasileira na segunda metade do século XX. Com a redemocratização do país e o retorno dos movimentos sociais, a pauta da reforma agrária ganhou maior dimensão, surgindo temas como a Reforma Agrária Popular – que será abordado no capítulo 3 deste trabalho. Desde o estabelecimento do Estatuto da Terra, os modelos de reforma agrária promovidos pelo Incra foram revistos e reformulados. Atualmente conta com cinco modalidades de projetos de assentamento, expostas no quadro ao lado.

1. A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 também enquadra enquanto beneficiários silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos ou comunidades tradicionais.

2. Estatística publicada no Portal Brasil em notícia intitulada “Agricultura familiar produz 70% de alimentos do País, mas ainda sofre na comercialização” (Hoffmann, 2015)

Projeto de Assentamento Federal (PA)	Responsabilidade da União a obtenção da terra, criação do Projeto, seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito, infraestrutura básica e titulação.
Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)	Semelhante ao Projeto de Assentamento Federal, porém os beneficiários são oriundos de comunidades extrativistas e possuem atividades ambientalmente diferenciadas.
Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)	Semelhante ao Projeto de Assentamento Federal, porém geralmente os beneficiários são oriundos de populações tradicionais e possuem atividades ambientalmente diferenciadas. Uma característica importante do PDS é a inexistência de individualização de parcelas, ou seja, a titulação é coletiva.
Projeto de Assentamento Florestal (PAF)	Modalidade voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável.
Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS)	Modalidade destinada ao desenvolvimento da agricultura familiar pelos trabalhadores rurais sem-terra no entorno dos centros urbanos para garantir a produção e abastecimento de hortifrutigranjeiros por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas, de caráter inclusivo e ecologicamente sustentáveis.

2.2 habitação camponesa

A perpetuação da dominação fundiária a partir da segunda metade do século XX intensificou o movimento migratório campo-cidade. A urbanização subsequente, baseada na organização territorial que pauta a terra como mercadoria, conduziu à segregação da população empobrecida em áreas menos privilegiadas da cidade. Para Flávio Villaça (1998), a segregação é um instrumento de dominação social, econômica e política, portanto, é a continuidade da dominação do território urbano e o resultado de uma urbanização capitalista que reproduz as desigualdades no espaço. Os dados que expressam tais desigualdades, quando relacionadas ao acesso a moradia, são apresentados por meio do déficit habitacional³, que busca estimar a falta ou inadequação de habitações (Fundação João Pinheiro, 2019). As políticas públicas habitacionais brasileiras tiveram o interesse – ora maior ora menor – do Estado na resolução destas desigualdades, entretanto, a questão habitacional foi considerada separadamente da problemática fundiária por muito tempo, com uma abordagem predominantemente urbana e sem um olhar específico para o campesinato e suas particularidades.

O lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009, foi acompanhado de objetivos ousados de provisão de moradias a fim de impactar as desigualdades socioespaciais⁴ e com investimentos até então não vistos nos programas que o precedem. Entretanto, permaneceu a tendência, observada na história do subsídio habitacional, de apoderamento por agentes privados da produção imobiliária, ou seja, a indústria da construção civil passou a controlar a produção habitacional, enquanto as modalidades de produção de moradias por intermédio de entidades organizadoras resumiu-se a apenas 1,44% do total do subsídio da primeira edição do programa (Freitas, 2022; Lenzi, 2017). É interessante apontar, portanto, que o PMCMV não foi promulgado apenas enquanto um programa de enfrentamento as desigualdades relacionadas a moradia, visto seu caráter de incentivo à indústria da construção civil em resposta à crise econômica de 2008 (Freitas, 2022). Lenzi (2017) corrobora com a ideia de que a ausência da questão fundiária nas definições do programa foi um equívoco do PMCMV: já estava dada a autonomia para o mercado imobiliário, mas a ausência de uma regulamentação da questão fundiária tem graves consequências na localização dos empreendimentos, logo, no acirramento da segregação espacial.

A habitação camponesa está neste contexto enquanto um subprograma do PMCMV. Anteriormente, o campo já havia sido objeto de financiamento público em programas com normativas sobre projetos de assentamentos, reforma agrária e modalidades de subsídio ou crédito para habitação. Entretanto, como exposto anteriormente, o modelo de unidade familiar de produção agrícola não foi uma prioridade no processo de desenvolvimento rural, que estabeleceu o modelo capitalista de agricultura. Apenas em 1985 aconteceu a primeira iniciativa de financiamento público federal para produção de moradias em assentamentos de reforma agrária; o Crédito Instalação, operacionalizado pelo Incra, era um programa de concessão de recursos parcialmente subsidiados e direcionados apenas a assentados de reforma agrária, excluindo demais grupos rurais. O primeiro programa em nível nacional de acesso amplo aos camponeses, sendo estes beneficiários de reforma agrária ou não, foi o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), lançado em 2003. Com o lançamento do PMCMV, o PNHR foi incorporado enquanto subprograma e reconfigurado completamente, sendo considerado uma grande conquista para os movimentos sociais rurais visto o aumento significativo do subsídio quando comparado à edição de 2003 (Lenzi, 2017). Apesar do amplo alcance e dos avanços no que diz respeito às melhorias na habitação rural, o PNHR não logrou superar os desafios específicos do meio rural, visto à sua formulação baseada em normativas urbanas (Signor, 2019).

Enquanto a concepção da habitação urbana se limita à função residencial, as problemáticas relacionadas à habitação rural transcendem a mera construção da casa. As especificidades da dinâmica do campo trazem novos entendimentos sobre a moradia, visto que esta engloba, para além da casa, os campos de culturas, caminhos, dependências de serviços e outros elementos que compõem a unidade camponesa (Costa, 1995; Carvalho et al, 2016, apud Freitas, 2022). Para Falls Borba (1963, apud Signor, 2019), a moradia no campo desempenha funções variadas caracterizadas como abrigo, alojamento, intimidade, depósito e subsistência; ora a casa serve como local de descanso e espaço íntimo, ora de armazenagem e área de trabalho; é um elemento importante para a organização camponesa, podendo ser considerada como cerne deste contexto e elemento chave na produção e reprodução da vida no campo (Carvalho et al, 2016, apud Freitas, 2022; Lenzi, 2017).

Sob outra perspectiva, a moradia digna assume papel fundamental como instrumento para a permanência no campo para a agricultura familiar. A continuidade hereditária da produção agrícola é um fator de suma importância para o ciclo produtivo e para evitar a incorporação destas pequenas propriedades aos grandes latifúndios. A busca por condições habitacionais adequadas, portanto, não apenas atende aos direitos constitucionais, mas também resguarda a sustentabilidade e a autonomia das comunidades rurais.

Cecília Lenzi (2017) interpreta a produção da moradia camponesa sob a perspectiva da recriação do campesinato no capitalismo. Mesmo com o avanço do capitalismo no campo, as relações baseadas na separação da força de trabalho e do meio de produção não existem, visto que a família camponesa é proprietária da força de trabalho e dos meios de produção. A produção e reprodução camponesa, portanto, é fruto de relações não-capitalistas.

3. O cálculo do déficit habitacional é dado pela soma de três componentes: habitação precária (domicílios rústicos ou improvisados), coabitação (unidades domésticas conviventes e domicílios cômodos) e ônus excessivo de aluguel urbano (Fundação João Pinheiro, 2019). Nos dados de 2019, as áreas rurais apresentam um déficit de 823.377 habitações, referentes a 14,01% da composição.

4. Na realidade, os efeitos foram opostos ao esperado. A desregulamentação da questão fundiária e da localização dos empreendimentos ocasionou aumentos significativos dos preços de aluguel em áreas bem localizadas, aumentando o déficit habitacional no componente de ônus excessivo por aluguel (Lenzi, 2017).

Além disso, em sua dissertação, Lenzi estabelece uma importância no processo da produção dos meios de vida camponês. Aqui, os meios de vida são dados como tudo aquilo que garante as condições de viver – é o ponto de equilíbrio do mínimo vital e social – e por isso a habitação é um meio de vida. O processo da construção da moradia, assim como da produção agrícola, se dá a partir de um trabalho vulgar não especializado e transmitido através de gerações. Dentro da lógica produtiva do campo, tais itens são produzidos por si e para si, sem mediação do capital; por isso, a habitação camponesa é caracterizada como um produto de autoconsumo. A produção para autoconsumo compreende bens, ferramentas de trabalho e outros produtos gerados dentro da unidade familiar para suprir as necessidades familiares. **Em outras palavras, o processo de produção para autoconsumo de uma habitação é a autoconstrução.**

A autoconstrução da casa camponesa não pode ser interpretada conceitualmente como superexploração da força de trabalho, assim como apontam as críticas a autoconstrução da habitação social urbana. No caso urbano, o operário vende sua força de trabalho para receber uma contrapartida para obter os meios de vida; nesta contrapartida não está incluída a moradia. Já no campesinato, no caso de unidades familiares, o fruto da força de trabalho é o próprio produto do trabalho ou a venda deste, de forma que “a produção e reprodução de si e de sua família se dão no mesmo espaço” (Lenzi, 2017, p. 96). **A habitação camponesa, portanto, tem dupla função: é uma unidade de produção, fruto do trabalho camponês ao mesmo tempo que é uma unidade de consumo, um espaço de reprodução social familiar.**

o campo em Santa Catarina

Santa Catarina testemunhou o mesmo fenômeno de migração campo-cidade que é observado no restante do Brasil em consequência ao desenvolvimento de uma agricultura capitalista, porém, apresenta características singulares. Signor (2019) e Freitas (2022) identificam dois fatores que fortaleceram tanto o setor rural quanto a rede urbana da estado: o sistema rodoviário que conecta o litoral ao extremo oeste catarinense e a predominância da pequena propriedade sobre os grandes latifúndios, com **87% da população rural sendo composta por agricultores familiares.**

Desde o início das políticas públicas de habitação rural, o estado se destaca no acesso aos recursos, e o êxito do PNHR em Santa Catarina é atribuído à presença de organizações populares, uma vez que o acesso aos recursos do programa dependia do intermédio das Entidades Organizativas (Signor, 2019).

Apesar das particularidades catarinenses, há diferenças interestaduais na agricultura familiar em Santa Catarina devido às distintas formações socioeconômicas em cada região. No contexto deste estudo, a integração de Águas Mornas na Região Metropolitana de Florianópolis e sua proximidade com a capital catarinense conferem uma dinâmica econômica diferente à produção agrícola. As cidades próximas à capital especializaram-se na produção de verduras e hortaliças, compondo um cinturão verde que abastece a região e assegura o fornecimento de produtos perecíveis.



fig. 09, 10 e 11. PNHR na comunidade quilombola Toca Santa Cruz, em Paulo Lopes/SC, projeto de extensão PET ARQ UFSC
fonte: Ana Cartana, 2018

fig. 12. casas / barracas da Ocupação Amarildo de Souza na SC-401, em Florianópolis/SC
fonte: Ana Rita Mayer, 2014



3 OS AMARILDOS

3.1 gênese de um movimento social

Para entender a trajetória e constituição dos Amarildos, Calheiros (2016) explora a gênese do movimento cronologicamente e a partir da relevância dos fatos relatados por sujeitos envolvidos, a fim de compreender a relação entre o discurso e a prática política.

O processo que culminou no Assentamento Comuna Amarildo de Souza compreende, inicialmente, experiências de militância de um Núcleo Familiar no quadro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do estado de Santa Catarina. O Núcleo Marighella, como era chamado, se diferenciava dos demais núcleos do MST por ser composto por indivíduos com experiências de moradia, trabalho e militância no espaço urbano e que realizaram o movimento de migração inversa – cidade-campo – com a perspectiva da luta pela terra produtiva. Tal particularidade concebeu a estes indivíduos um entendimento singular à atuação nas esferas urbana – a partir de pautas de movimentos sociais em defesa ao direito à cidade e à moradia – e rural – a partir da experiência empírica no contexto do MST – e, em razão disso, permitiu a identificação de **novas formas de luta pela terra, nas quais a luta do campo é pensada junto às perspectivas da luta urbana e a base social passa a ter um cunho heterogêneo, composta por camponeses e trabalhadores pauperizados do perímetro urbano.**

Sob o prisma da **união das bandeiras de luta**, os membros do Núcleo Marighella passaram a atuar em ocupações urbanas no litoral catarinense como Contestado⁵ e Palmares⁶ em meados de 2012 e 2013. A urgência em trabalhar com o contingente de famílias pauperizadas no contexto de ocupação urbana e de luta por moradia digna levou os integrantes do Núcleo Marighella ao afastamento da agenda do MST e, por conseguinte, a desvinculação enquanto militantes do MST de Santa Catarina.

A nova conjuntura garantiu a este pequeno grupo uma maior autonomia de atuação na mesma medida que exigiu novas estratégias de organização e de ação. Viu-se, portanto, como necessária a ampliação do que se constituía enquanto Núcleo Marighella; a nova composição do grupo, que passou

a ser denominado como Brigada Marighella, contou com os ex-integrantes do núcleo familiar do MST, militantes independentes e aqueles vinculados a uma organização maior como partidos políticos e movimentos estudantis.

Buscando aglutinar forças sociais que compartilhassem de uma proposta geral de ação, a Brigada surge como um dispositivo político aberto para novas perspectivas de engajamento e luta social na grande Florianópolis. (Calheiros, 2016, p. 63)

O projeto político da Brigada Marighella começa a ser desenhado pautado na concepção de centralismo democrático e tendo como principal fundamento o conceito de ação direta, ou seja, ações com reivindicação imediata e de denúncia a exploração das classes trabalhadoras. Junto a tais definições, a Brigada tem como referência a proposta de **assentamento rururbano, o que reflete a assimilação das experiências até então vivenciadas e das novas formas de lutar pela terra** presentes no imaginário de união das bandeiras de luta do campo e cidade. Calheiros (2016) verifica uma vinculação direta entre a proposição da Brigada Marighella e a concepção de Reforma Agrária Popular do MST em aspectos que tangem a possibilidade de atuação no contexto urbano e a concepção de uma base social heterogênea.

O fato de partilhar das concepções gerais do projeto do MST acaba evidenciando, não somente a importância de se considerar a experiência de militância adquirida por algumas das principais lideranças junto aos quadros do MST/SC, mas principalmente da incorporação e influência de uma série de valores e práticas de luta advindas do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (Calheiros, 2016, p. 151)

Ao considerar a realidade fundiária brasileira e o esgotamento da reforma agrária clássica burguesa, a qual não alterou a desigualdade da distribuição da propriedade da terra no Brasil nem democratizou seu acesso, bem como o domínio do agronegócio sobre a produção agrícola, a nova proposta de programa de Reforma Agrária Popular do MST (2014) ten-

A história dos Amarildos não se resume ao assentamento.

_Daltro, agricultor assentado, em sua fala sobre os 10 anos de história na primeira reunião do Instituto Caeté, em 16 de abril de 2023

ciona a disputa sobre os modelos agrícolas no território por um novo modelo de agricultura para todo o povo brasileiro, seja aquele do campo ou da cidade. Portanto, é estratégica a criação de alianças políticas a partir da inclusão das diversas classes trabalhadoras, criando assim, uma base social massificada e heterogênea com a necessidade de repensar as formas de atuação em prol da interseccionalização das realidades de luta (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2014).

Fundamentado nisto que é possível pensar na **luta pela terra a partir de uma aproximação aos centros urbanos e no acirramento da disputa pelos espaços privilegiados da cidade**, como a Brigada Marighella passa a desenvolver a partir do seu projeto político e, por conseguinte, em sua primeira ação direta na Região Metropolitana de Florianópolis (Calheiros, 2016).

5. A Ocupação Contestado ocorreu de forma organizada em 2012, em São José, por famílias desalojadas do bairro José Nitro. Tem esse nome como referência aos 100 anos da Guerra do Contestado, movimento popular de insatisfação diante o acesso à terra e dos problemas sociais em Santa Catarina.

6. A Ocupação Palmares ocorreu de forma espontânea em 2012 no Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis, por famílias de imigrantes que resolveram sair do aluguel. O nome faz homenagem ao Quilombo dos Palmares, símbolo de resistência do povo negro contra a escravidão.

3.2 ocupação rururbana

Ocupar é um ato político; é uma ação direta respaldada legalmente pelo princípio constitucional da função social da propriedade. O ato de uma ocupação organizada de um terreno ou edifício subutilizado expõe o conflito entre dois princípios constitucionais – o direito à moradia e a propriedade privada – e denuncia a ausência da função social da propriedade.

O primeiro ciclo de mobilizações pelo direito à cidade em Florianópolis data a década de 1990 com os setores progressistas da igreja católica em apoio a ocupações espontâneas e/ou organizadas na parte continental de Florianópolis. O segundo ciclo, contudo, foi marcado pelas ocupações organizadas por movimentos sociais num contexto de crescimento da área conurbada de Florianópolis acompanhado do crescimento das áreas pauperizadas. A base social desses movimentos era composta por migrantes de outras regiões do país que, numa busca por uma melhor qualidade de vida, acabaram por se juntar ao grupo pauperizado florianopolitano. Nesse segundo ciclo, os setores religiosos foram substituídos por movimentos populares com ideologias de esquerda e com simbologias que evocam a luta de classes na história nacional: os nomes e identidades coletivas das ocupações homenageiam sujeitos vítimas dessa luta (Momm, 2023). As ocupações citadas até o momento – Palmares e Contestado – assim como os Amarildos, se enquadram no segundo ciclo de mobilizações.

A ocupação do terreno às margens da SC-401 iniciou na madrugada de 16 de dezembro de 2013 e permaneceu – com muitas dificuldades e violências – por 120 dias. Batizada como Ocupação Amarildo de Souza⁷, apresentou-se como a nova luta organizada da cidade e, pautada pelos princípios do projeto de Reforma Agrária Popular e sob o lema “Terra, Trabalho e Teto”, promoveu a denúncia sobre a prática de grilagem de terras na região. Rapidamente, a ocupação ganhou notoriedade, sendo considerada a primeira ocupação de caráter rururbano significativa no estado.

É importante ressaltar a singularidade dessa ocupação em comparação com outras organizadas durante o segundo ciclo de mobilizações em Florianópolis. Enquanto as ocupações anteriores tinham como foco o direito à cidade e à moradia digna, a iniciativa dos Amarildos em prol de um assenta-

mento rururbano se destaca por integrar as demandas tanto urbanas quanto rurais dentro de uma Região Metropolitana, compartilhando semelhanças com o MST e com as ocupações urbanas. Entretanto, como veremos a seguir, essa particularidade complexificou a luta, impulsionando seu crescimento, mas também contribuindo para a dispersão de parte da base social que buscava moradia na capital catarinense.

O terreno ocupado fica no bairro da Vargem Pequena, numa localização privilegiada de Florianópolis produzida sob uma lógica que determinou investimentos públicos vinculados a distribuição das classes sociais e a segregação no espaço intraurbano. Nas últimas décadas, investimentos, sobretudo viários, tiveram importante papel como vetores no processo de estruturação intraurbana, que repercutiu na distribuição socioespacial e dinâmica imobiliária da cidade, além de consolidar o eixo de conexão entre o acesso a ilha, as áreas residenciais e de expansão residencial de alta renda, e as praias turísticas e de veraneio destinadas às elites. Esse processo de formação de um eixo rodoviário produziu grandes vazios urbanos de áreas de preservação ambiental e de especulação imobiliária (Sugai, 2015). Supostamente, 410 hectares da área ocupada eram pertencentes a família do ex-deputado e empresário Artêmio Paludo, adquirida em 1979. Entretanto, a área se encontra em Linha do Preamar Médio, demarcada como terreno de Marinha, ou seja, pertencente à União. A denúncia do movimento revelou a verdade: o suposto proprietário reivindicava de um terreno a partir do processo de grilagem. Nas vésperas da ocupação, o terreno encontrava-se subutilizado há décadas em favor da especulação imobiliária, não cumprindo sua função social.

No primeiro dia, cerca de 50 pessoas promoveram a ocupação e enfrentaram resistência na tentativa de despejo e criminalização por parte das autoridades. À medida que ganhava visibilidade, o número de famílias aumentou, registrando 150 pessoas no dia 25 de dezembro e 200 no primeiro dia do novo ano de 2014. O crescimento mais expressivo ocorreu entre janeiro e início de fevereiro, chegando a quase 700 famílias acampadas, destacando a chegada e apoio de aproximadamente 50 indígenas Kaingang do Rio Grande do Sul. Em 45 dias, a ocupação se consolidou com mais de 1500 pessoas organizadas em 26 núcleos familiares, seguindo princípios de poder popular, organicidade e autogestão⁸.

Não pretende-se detalhar o processo sob o âmbito jurídico, apenas apresentar um resumo dos principais momentos: ainda no mês de dezembro, houve a determinação pela reintegração de posse do terreno; apesar da ilegalidade da posse e a ausência da legitimidade jurídica de contestação para o suposto proprietário, em janeiro a reintegração foi determinada pela Vara Especial Agrária, que, numa audiência conciliatória, determinou um acordo de permanência até o dia 15 de abril, ignorando a declaração da SPU sobre a propriedade pertencer à União.



fig. 13. assembléia na Ocupação Amarildo de Souza na SC-401, em Florianópolis/SC
fonte: Cristiano Estrela, 2014

7. “Nomeada em homenagem ao ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, assassinado por policiais militares da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) na favela da Rocinha em julho de 2013, no Rio de Janeiro, ela se transformou rapidamente em um símbolo de resistência dos trabalhadores em luta por moradia, ao mesmo tempo em que carrega em seu nome a luta e a denúncia contra a violência policial praticada contra as populações marginalizadas pelo sistema econômico.” (Nascimento, 2018, p. 49)

8. No cadastro do Incra consta 489 famílias cadastradas durante a Ocupação Amarildo de Souza.

Após 120 dias de ocupação, e às vésperas do despejo, negociou-se a transferência das famílias remanescentes para o município de Palhoça, num terreno localizado na região do Morro dos Cavalos, a cerca de 50 km do centro de Florianópolis. A área é reconhecida desde 2002 como área de demarcação indígena, sendo reivindicada pela FUNAI e pela comunidade indígena Guarani a fim de demarcação das terras na região.

No dia da desocupação do terreno na SC-401 e transferência para o Morro dos Cavalos, mais de 600 famílias decidiram pela saída do movimento; o número continuou a cair, chegando a aproximadamente 50 famílias. Alguns dos fatores que contribuíram para a saída em massa das famílias são relacionados à segregação socioespacial. Grande parte da base social era composta por pessoas oriundas de regiões segregadas do município, trabalhadores urbanos, com baixos salários e sofrendo pelo encarecimento de aluguéis. **A composição social heterogênea e massificada avolumou o movimento e complexificou a luta, mas em termos práticos, a demanda majoritária era por moradia dentro do município de Florianópolis, e não por Reforma Agrária Popular.**

Diante desse cenário, não tardou a decisão das lideranças pela realização de uma **nova tentativa de ocupação dentro do município de Florianópolis. Em 20 de abril aconteceu a segunda ação direta do grupo: uma ocupação no bairro do Rio Vermelho no esforço de estabelecer um acampamento de caráter provisório a favor da estratégia de manter-se atuante na capital e reafirmando a luta pela conquista da terra dentro dos limites da ilha. O terreno, localizado às margens da SC-406, também é propriedade da União e encontrava-se subutilizado com plantio de eucalipto. A ocupação foi realizada brevemente por cerca de 60 pessoas, mas a hostilidade dos moradores levou à desocupação e retorno à Palhoça.**

Iniciou-se, então, um período de negociação com a comunidade indígena do Morro dos Cavalos para permanência na área por apenas dois meses, concomitante a institucionalização do movimento junto ao Inca na expectativa da conquista concreta da terra e da realização de um assentamento das famílias remanescentes. Em 3 de julho de 2014, com a aproximação do prazo acordado sobre a permanência nas terras indígenas, o grupo foi transferido para um terreno no município de Águas Mornas, na Região Metropolitana de Florianópolis.

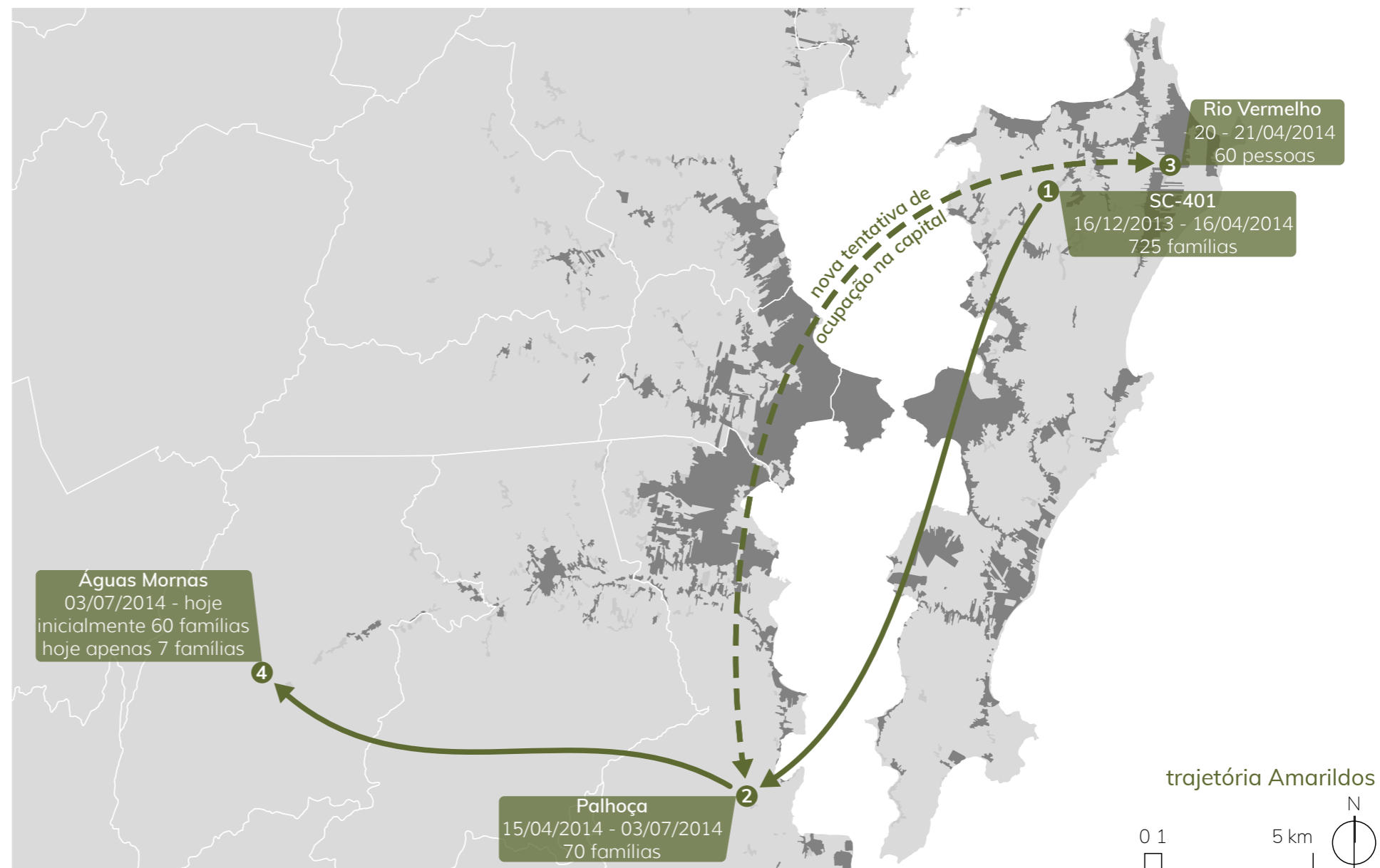


fig. 14. casas / barracas da Ocupação Amarildo de Souza na SC-401
fonte: Daniel Queiroz, 2014



fig. 15. tentativa de ocupação no Rio Vermelho, Florianópolis
fonte: Osvaldo Sagaz / CBN Diário, 2014

3.3 da cidade ao campo

A transferência para a área destinada pelo Incra no município de Águas Mornas, assim como toda a trajetória do movimento, foi desafiadora. O acampamento, iniciado em 3 de junho de 2014, foi formado por menos de 9% da composição total da Ocupação Amarildo de Souza, na SC-401 em Florianópolis. Apesar de alcançarem o direito a terra produtiva, a distância do centro metropolitano afastou uma maioria que trabalhava na cidade e que demandava de moradia na capital.

As dezenas de famílias que permaneceram no acampamento enfrentaram a ausência de energia elétrica, a infraestrutura precária das casas e a insegurança. Os assentados descrevem a rejeição por parte da população nos primeiros anos após a transferência: o grupo era desrespeitado nos comércios da região, onde os águas-mornenses falavam em alemão quando os membros do Acampamento Amarildo de Souza adentravam algum ambiente. Águas Mornas, assim como o restante do estado, teve a distribuição de terras no período imperial realizada a partir da política de assentamento de imigrantes, de maneira a instalar a população intensivamente em vastas regiões para o desenvolvimento da pequena produção agrícola; o município em questão, teve uma colonização a partir da imigração alemã. Estrategicamente, as casas do acampamento Amarildo foram construídas lado a lado por questão de segurança: a proximidade de todos os acampados garantia uma boa comunicação no caso de algum ato de violência de autoridades.

Aqui era cheio de casas. Lá do início da estrada até ali onde tem a área dos animais [...] tudo era casa [...] deveria ter umas 50 casas aqui, mais ou menos isso, porque a gente veio em 60 famílias, então era mais ou menos umas 50 casas. E a decisão de onde fazer as moradias, no início, ela se deu mais por uma questão de segurança, porque não tinha luz, já tinha [havido] uma manifestação por parte da prefeitura com moradores locais pois “não era lugar pra nós, que a gente deveria sair daqui”; então devido a esse contexto local e de segurança da terra a gente falou “vamos fazer casa tudo aqui, um do lado do outro”. Do outro lado do rio a gente não tinha nenhuma casa, só depois foi construída uma. [...] Foi por uma questão exclusivamente de segurança das famílias [...] e por ser as áreas planas [...] a gente veio numa condição totalmente sem recursos, todas as casas foram construídas no plano e quase sempre

elevada, tipo palafita. (Fábio, agricultor assentado, em entrevista em 24 de outubro de 2023)

Ainda assim, os organizadores do movimento permaneceram positivos com as vitórias.

De acordo com o relato de outra liderança, a área escolhida em Águas Mornas, pertencente ao Patrimônio da União e que foi destinada ao INCRA, possui as condições para que seja desenvolvido o projeto agroecológico. Diz ainda que por ter tradição e fazer parte do cinturão verde de alimentos da grande Florianópolis, a área traz em si todo o potencial necessário para que se coloque em prática o objetivo de se produzir alimentos orgânicos na região, constituindo-se assim numa viabilidade concreta para execução do projeto de Reforma Agrária Popular. (Calheiros, 2016, p. 115)

Entretanto, durante o primeiro ano, o acampamento passou por dificuldades nas relações internas. O processo de desestruturação trouxe como resultado a dissolução da Brigada Mariguella enquanto núcleo político central do movimento e a consequente perda da capacidade de mobilização de novas famílias. Durante os anos subsequentes, a manutenção do projeto político do movimento e o próprio acampamento estiveram ameaçados com as constantes desistências das famílias. Os esforços de viabilizar a execução de um projeto agroecológico e reestruturar o grupo foram essenciais para permanência de algumas famílias, que passaram a visualizar um futuro positivo naquela terra.

Destaca-se, dentre tais esforços, o estudo de viabilidade técnica desenvolvido pela agricultora assentada e engenheira agrônoma Bárbara Santos Ventura (2016), o qual visa a definição das áreas de interesse ambiental e de produção agropecuária do imóvel em Águas Mornas, assim como da capacidade de assentamento de reforma agrária na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Devido a este estudo, o parecer favorável do Incra pela reforma agrária foi publicado em 2016. Atualmente, sete famílias compõem o assentamento, regularizado em 2021 a partir da homologação sob a modalidade PDS do Incra, sendo o primeiro assentamento de reforma agrária do município de Águas Mornas.



fig. 16. agricultor assentado construindo sua casa na Comuna Amarildo de Souza, em Águas Mornas/SC
fonte: Ana Rita Mayer, 2014

fig. 17. vista aérea do núcleo principal do Assentamento Comuna
Amarildo de Souza, em Águas Mornas/SC
fonte: Visual Agroecologia, 2021



4 ASSENTAMENTO COMUNA AMARILDO DE SOUZA

O Assentamento Comuna Amarildo de Souza localiza-se na região rural de Águas Mornas, a 15 quilômetros do núcleo urbano do município e a 50 quilômetros do centro de Florianópolis. O terreno fica adjacente a Rodovia SC-435, sendo a única via de acesso. Atualmente sete famílias residem no local exercendo atividades de produção agroecológica.

4.1 caracterização geral

O município de Águas Mornas possui área de 360,76 km² com, sobretudo, características rurais, além de parte considerável de seu território integrar o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, maior unidade de conservação em Santa Catarina. O Plano Diretor Participativo de 2023 enquadra 76% do município como Macrozona Rural e 22% como Macrozona do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em contrapartida a pequena parcela de Macrozona Urbana, equivalente a aproximadamente 2% do território.

Águas Mornas está inserida no encontro entre a planície litorânea e a serra catarinense. Deste modo, sua geografia caracteriza-se pelo relevo acidentado, com altitude variando entre 58 metros – no perímetro urbano – e 1.266 metros – na região da Serra do Tabuleiro. O clima é caracterizado pelas baixas temperaturas no inverno e chuvas mais intensas entre setembro e março (INMET, 2016).

A zona rural onde fica localizado o Assentamento Comuna Amarildo de Souza não conta com equipamentos de saúde, educação ou segurança. O acesso a tais serviços só é possível nos distritos urbanos: Santa Cruz da Figueira a 7 quilômetros; Vargem Grande a 12 quilômetros; e o distrito sede de Águas Mornas a 15 quilômetros.

A economia aguasmornense se baseia no setor hoteleiro e na produção de alimentos de origem hortifrutigranjeiro. O município integra o cinturão verde de abastecimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, que encurta a distância entre o produtor agrícola e o consumidor final. O Assentamento Comuna Amarildo de Souza produz e comercializa alimentos agroecológicos nas cidades vizinhas, especialmente na capital, ampliando o acesso a alimentos saudáveis na região e fortalecendo a soberania alimentar.

gráfico de temperatura e zona de conforto

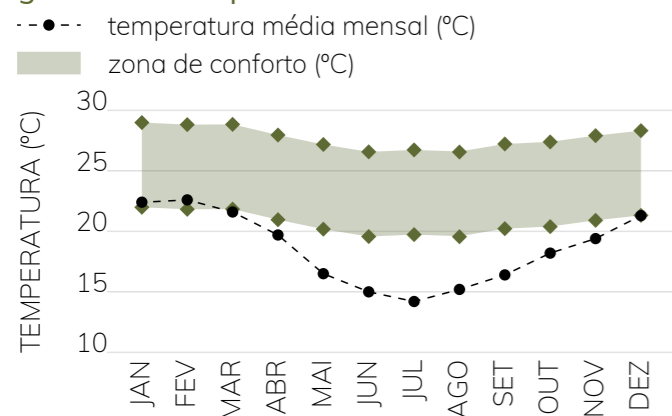
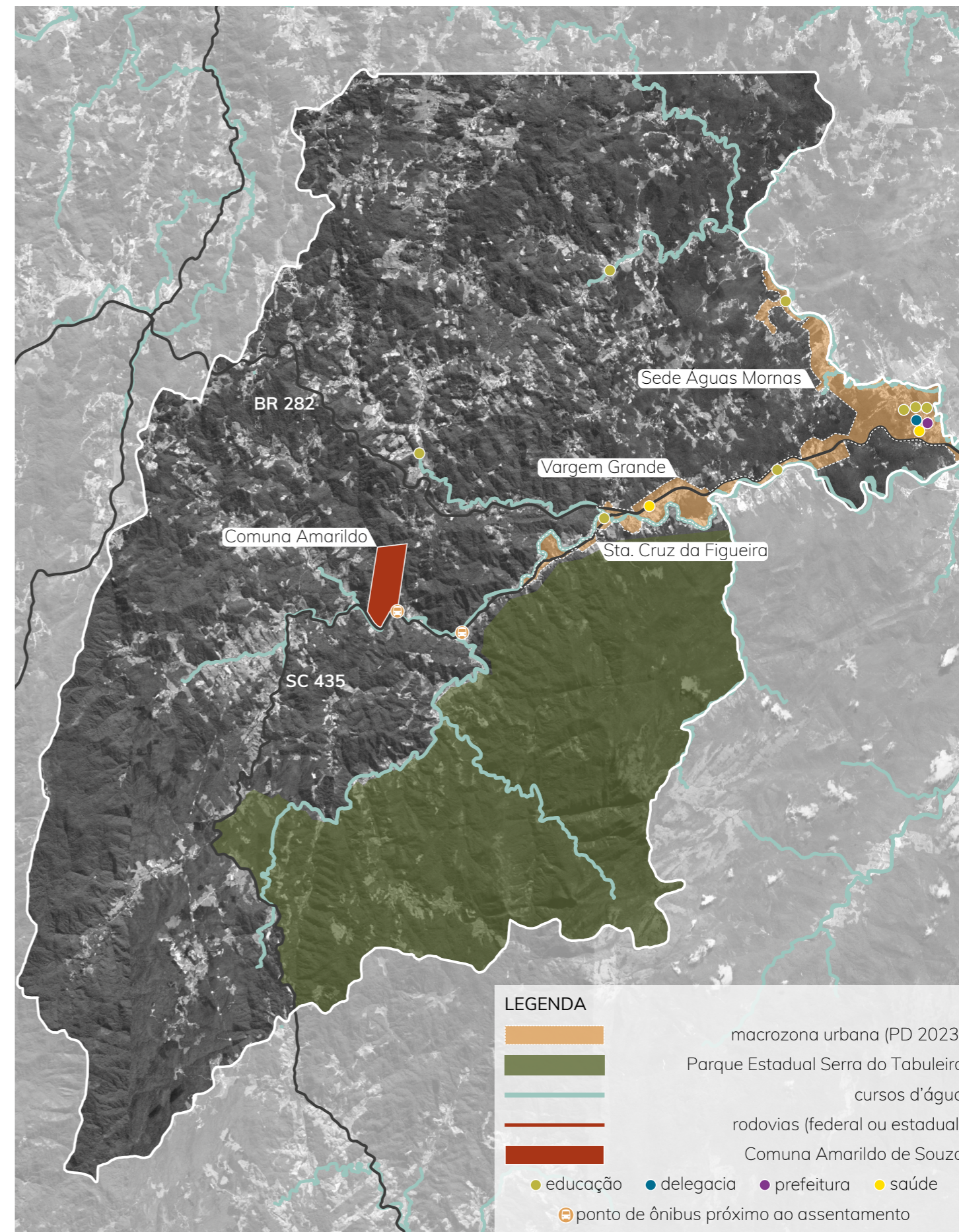
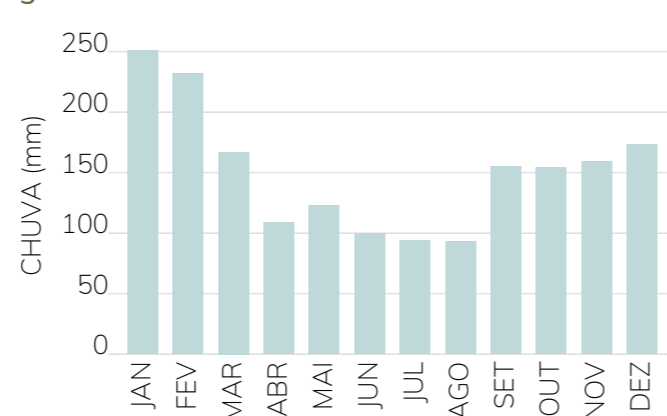


gráfico de chuvas



mapa de macrozoneamento de Águas Mornas e equipamentos municipais



4.2 diagnóstico: aspectos ambientais e produtivos

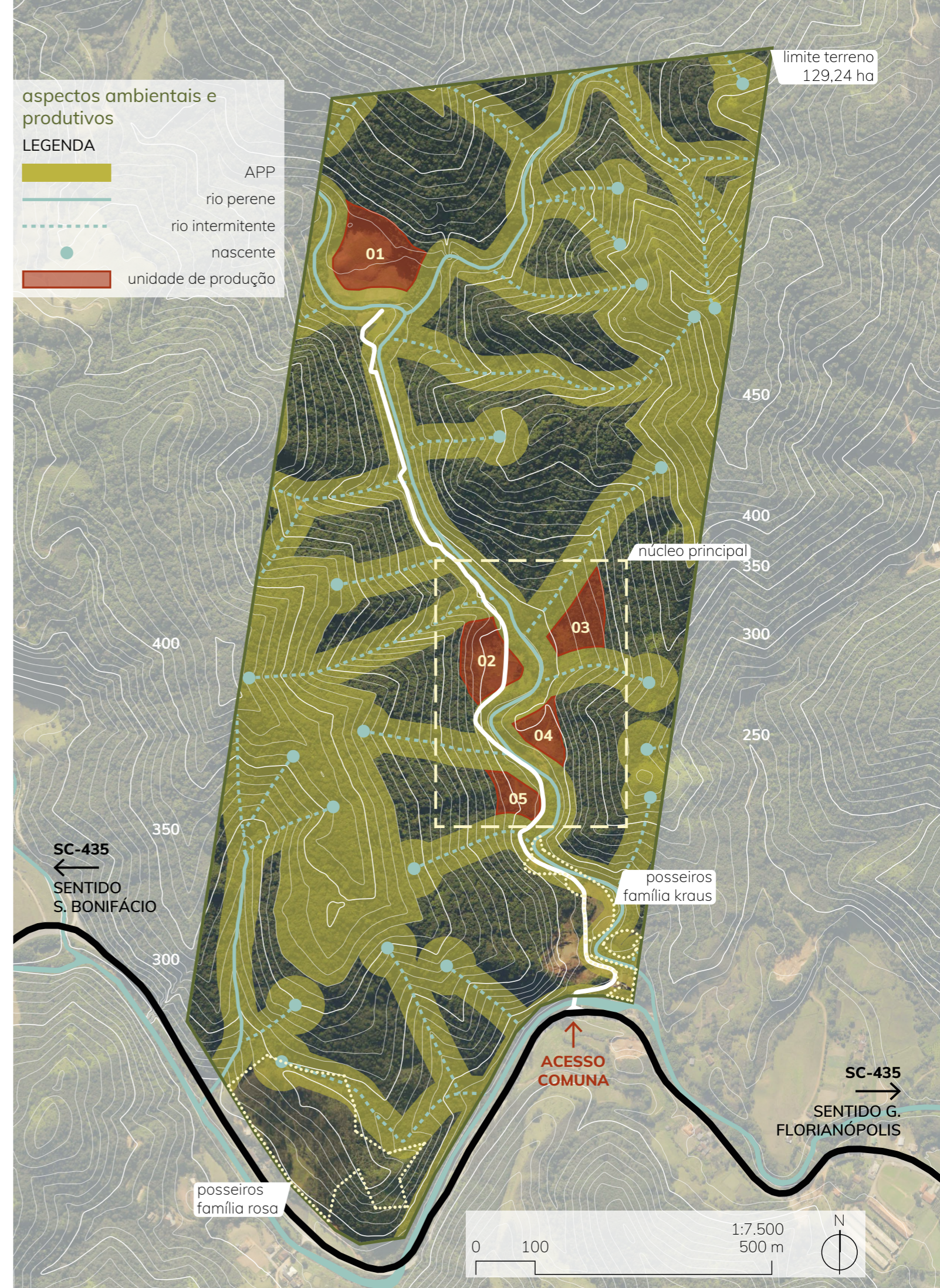
O terreno da Comuna Amarildo de Souza possui área de 129,24 hectares (LabFSG-UFSC, 2014, apud Incra, 2016), equivalente a mais de 1 milhão de metros quadrados; entretanto, constitui-se como um local de abundantes recursos naturais e relevo muito acidentado, o que limita as possibilidades de produção e ocupação do solo.

O terreno que hoje corresponde ao assentamento tem como precedente a atividade de extrativismo vegetal. O registro do imóvel data de 1973, quando a família Capistrano, proprietária da Madeireira Capistrano, adquiriu-o. Em 1979, foi transferido para a Serraria Pas, que estabeleceu um termo de preservação de floresta junto ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) a fim de atender o Código Florestal vigente para manutenção de 20% da vegetação da propriedade. No ano seguinte, o imóvel foi dado em comodato a Madeireira Sorocaba para promoção do reflorestamento do terreno com a plantação de 15 mil árvores. Apesar das mudanças de posse, o imóvel sempre esteve vinculado à atividade madeireira e sob monopólio da família Capistrano, uma vez que as empresas mencionadas pertencem a ela. No entanto, entre 1984 e 1985, o terreno foi penhorado e arrematado, tornando-se imóvel da União. Quase três décadas depois, em 2014, o imóvel foi transferido para o Incra e destinado para o Movimento Amarildo para cumprimento da função social da propriedade.

A ocupação do terreno esteve condicionada pelas características geomorfológicas e preexistências. No momento da chegada dos Amarildos, em junho de 2014, duas famílias de posseiros utilizavam parcela da terra para produção agrícola de subsistência. Tais áreas são adjacentes à Rodovia SC-435,

local privilegiado, ao passo que as casas dos Amarildos foram construídas num ponto central do terreno, onde permanecem até hoje. Como já mencionado, a localização foi estratégica por questões de segurança; entretanto, mesmo após a homologação do assentamento, o grupo permaneceu sem significativas alterações devido a limitada disponibilidade de áreas seguras para construção e alto índice de áreas com declividade elevada ou suscetíveis a inundação.

Com a regularização do assentamento pelo Incra na modalidade PDS, outros aspectos passaram a condicionar o uso do solo. (1) As áreas de interesse ambiental, definidas como Área de Preservação Permanente (APP) segundo a Lei nº 12.651/2012, incluem faixas marginais de cursos d'água, áreas no entorno das nascentes e topo de morros. Soma-se, portanto, 78,7 hectares – 60,9% do imóvel. A abertura da mata realizada pela atividade extrativista que antecedeu a chegada do grupo foi suficiente apenas para estabelecer pequenas áreas descampadas e uma estrada paralela ao rio que cruza longitudinalmente o terreno, e a densa vegetação, possivelmente replantada na década de 1980, permanece preservada sob cuidados dos Amarildos. Desta forma, poucas são as áreas sem cobertura vegetal. (2) As áreas produtivas foram definidas com base na avaliação da aptidão agrícola das terras e classificadas em boa, regular, restrita e inapta, conforme mapa de ampliação (p. 22). As áreas com aptidão agrícola boa, regular e restrita possuem o terreno plano ou com leve declividade, e somam 48,2 hectares – 3,7% do imóvel. As áreas inaptas para produção, além de terem declividades acentuadas, são consideradas áreas de risco de erosão, não adequadas para implantação de edificações; estas somam 45,5 hectares – 35,3% do imóvel.



O PDS aponta cinco Unidades de Produção (UP), numeradas 01 a 05. A área mais extensa é a UP 01, que fica localizada a 700 metros das demais Unidades. O acesso se dá pela estrada paralela ao rio e recomenda-se o uso de transporte motorizado. Em geral, o grupo destina esta área para culturas de longa duração ou culturas que necessitam de mais espaço – como milho e feijão. As estruturas dos canteiros são intermitentes, como por exemplo estufas, que são construídas conforme necessidade.

Já as Unidades de Produção 02, 03, 04 e 05, são próximas entre si e, neste trabalho, passamos a chamá-las de núcleo principal, visto que é nesta área onde se localizam as habitações e edificações coletivas. Devido ao histórico de ocupação do terreno, a UP 02 se constituiu como o centro do assentamento, com as principais atividades concentradas nesta localidade. Devido à proximidade com as moradias e edificações coletivas, o grupo destina estas áreas para culturas de curta duração ou de manutenção diária.

área total do terreno	1.292.400 m ²	100%
área de interesse ambiental	787.060 m ²	60,9%
áreas inadequadas para uso e ocupação do solo	455.970 m ²	35,3%
áreas produtivas (UP 01, 02, 03, 04 e 05)	48.210 m ²	3,7%

Estima-se que a produção atual ocupa 7 mil metros quadrados, área equivalente a menos de 15% da capacidade produtiva do assentamento. Ao longo dos últimos 10 anos, os assentados organizaram o projeto de cestas agroecológicas com 8 produtos – definidos conforme as safras –, que são vendidas e entregues semanalmente em pontos de coletas nas cidades vizinhas. Entretanto, com a baixa produção, o grupo passa por dificuldades em manter a regularidade das cestas, além de ter um retorno financeiro menor que um salário mínimo por agricultor assentado.

Em relação a mão de obra rural, não há um número máximo de famílias definido para os assentamentos de reforma agrária na modalidade PDS. Este número pode variar de acordo com diversos fatores, como o tamanho da área disponível, a capacidade de sustentabilidade do projeto, as características da região e as políticas governamentais. Para o Assentamento Comuna Amarildo de Souza, o Incra definiu a capacidade de até 11 famílias, ou seja, 4 famílias a mais comparado a ocupação atual.

Para adequada manutenção do assentamento e da qualidade de vida dos assentados enquanto pequenos produtores rurais, se faz necessário a ampliação da produção a partir do aumento das áreas de plantio e do aumento de famílias.



fig. 18. UP 01. fonte: Cepagro, 2019



fig. 19. UP 01. fonte: Cepagro, 2019



fig. 20. UP 01. fonte: acervo da autora, 2023



fig. 21. UP 01. fonte: acervo da autora, 2023

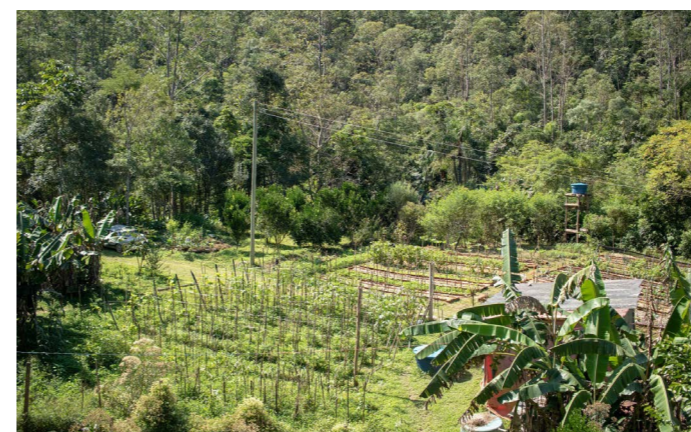


fig. 22. UP 02. fonte: Cepagro 2019



fig. 23. UP 02. fonte: acervo da autora, 2024



fig. 24. UP 02. fonte: acervo da autora, 2023



fig. 25. UP 02. fonte: acervo da autora, 2023

4.3 diagnóstico: infraestrutura

acesso ao assentamento

Acessa-se o assentamento pela SC-435, tendo duas possíveis entradas: a primeira, mais utilizada, é uma ponte de concreto que, em dias de chuvas intensas, fica submersa. A segunda opção, então, é uma ponte pênsil de pedestres.

esgotamento sanitário

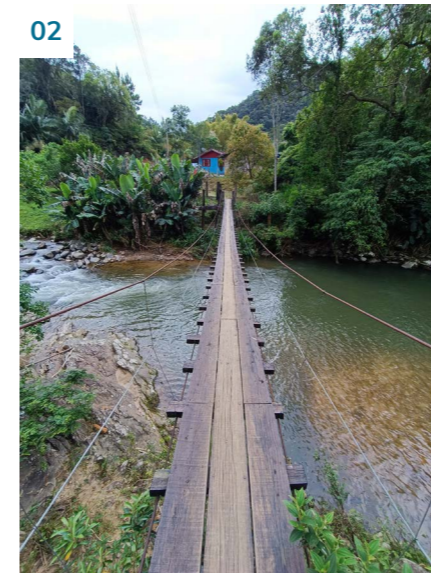
Conscientes da responsabilidade com a sustentabilidade, o grupo já utilizou dois sistemas alternativos de esgotamento sanitário: inicialmente, o banheiro seco, que não foi considerado confortável; a optou-se então por realizar a fossa ecológica com círculo de bananeiras em todas as edificações.

energia elétrica

A energia elétrica foi instalada apenas em dezembro de 2016. Mesmo com postes até o núcleo principal, não há iluminação nas estradas internas e a UP 01 ainda carece de energia, o que impossibilita sistemas automáticos de irrigação.

estradas internas

Como já mencionado, a principal estrada interna do assentamento cruza longitudinalmente o terreno e segue paralela ao rio. Esta estrada não é pavimentada e permite a passagem de veículos de pequeno e grande porte por quase toda a sua extensão.



abastecimento de água

O acesso a água foi possível a partir de ligações diretas com as nascentes. Atualmente, 2 nascentes são utilizadas para consumo de água, que abastece as unidades habitacionais, demais edifícios e pontos de irrigação.

travessia do rio

Devido ao rio que cruza o terreno, a ocupação ficou dividida. Os assentados, portanto, precisam atravessar o rio por dentro da água, visto a inexistência de pontes nesses pontos. Mesmo com a tentativa de construir pontes, estas são levadas pelo rio em tempos de chuvas fortes.

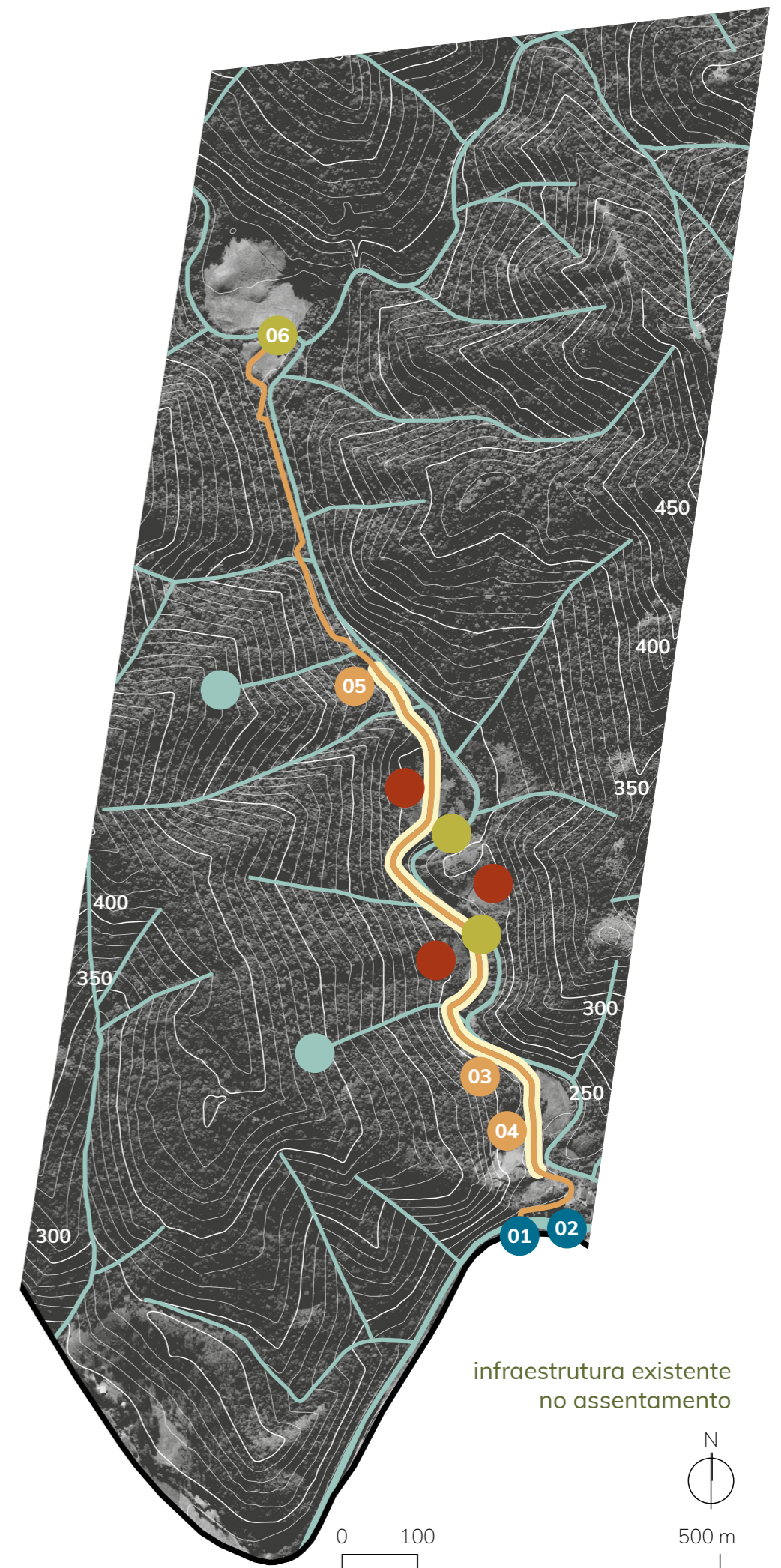
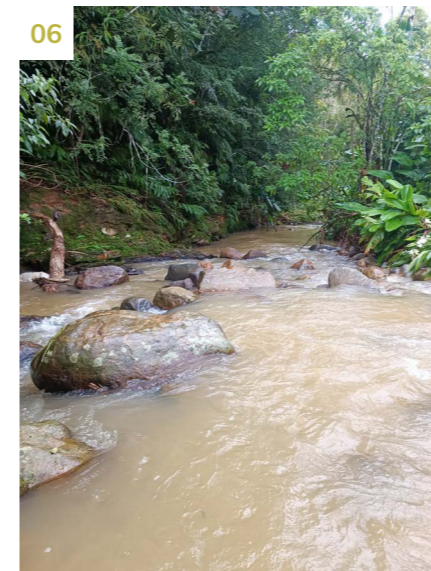


fig. 26 - 31. imagens de referência das infraestruturas do assentamento conforme localização no mapa
fonte: acervo da autora, 2023 e 2024

4.4 diagnóstico: núcleo principal

O núcleo principal tem aproximadamente 400 metros de extensão, com as edificações e áreas de plantio distribuídas próximas ao rio nas UP 02, 04 e 05. Atualmente, a UP 03 não tem nenhum uso.

Identifica-se como problemática a distribuição de edificações na área com melhor aptidão agrícola, de forma que as áreas de plantio são relegadas aos vazios entre as edificações ou as faixas marginais de cursos d'água. É compreensível, entretanto, tal forma de ocupação, visto que são as áreas mais planas do terreno.

A fim de identificar e avaliar as edificações existentes no assentamento, indicou-se no mapa e na fotografia o código de cada construção, que serão apresentadas nas próximas páginas.

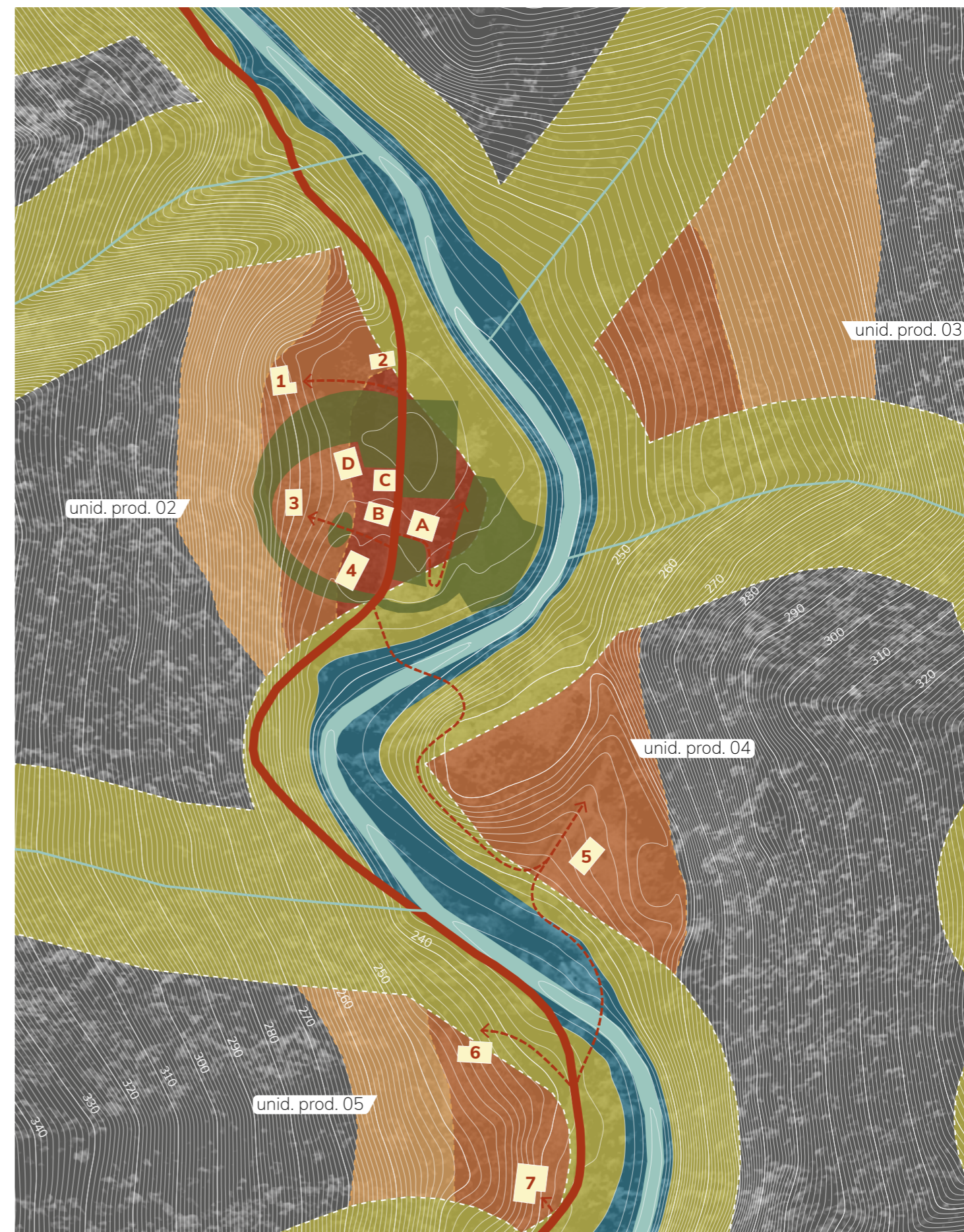
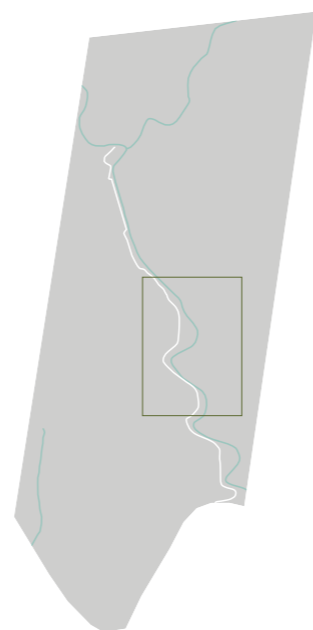


fig. 32. vista aérea da UP 02 do Assentamento Comuna Amarildo de Souza, em Águas Mornas/SC, onde se concentram as culturas de curta duração e várias habitações ou edifícios coletivos
fonte: Cepagro, 2019

mapa de ampliação do núcleo principal
aspectos ambientais, produtivos e de ocupação



4.5 diagnóstico: arquitetura existente | edificações coletivas

Ao longo dos últimos 10 anos, as decisões construtivas foram em prol do aproveitamento e economia, assim como contra desperdícios. Uma parte do esforço foi realizado coletivamente por meio de arrecadação de dinheiro, doações de materiais e mutirões. Essa organização coletiva e sustentável caracteriza as edificações do núcleo principal, principalmente as de uso coletivo – todas localizadas na UP 02.

Durante o desenvolvimento deste trabalho foi possível avaliar as edificações para além das condições físicas. Cada material utilizado ou atividades desenvolvidas contam a história dos espaços produzidos no assentamento. Existe, portanto, uma simbologia implícita em algumas das construções. A avaliação desenvolvida buscou identificar as fragilidades, mas também as necessidades a partir do cotidiano do grupo.

edificação coletiva A | casarão

Uma das primeiras construções do assentamento, o casarão passou e continua passando por reformas e melhoramentos. Possui caráter multiuso por abrigar o processamento da produção agroecológica, assim como reuniões e festas. É uma edificação pequena para a variedade e proporção das atividades.



fig. 33. casarão
fonte: Rafael Venuto, 2015



fig. 34. casarão na festa de 10 anos
fonte: acervo da autora, 2024

edificação coletiva C | paiol / garagem

A estrutura simples do paiol, em madeira e cobertura de fibrocimento, atende as expectativas atuais, sendo muito utilizado nas atividades produtivas ao servir como depósito de insumos e garagem para a to-bata. Entretanto, não comporta o aumento da produtividade esperado.



fig. 35. paiol / garagem na festa de 10 anos
fonte: acervo da autora, 2024

edificação coletiva B | casa de apoio

Possivelmente uma das edificações mais importantes na história do assentamento, a casa de apoio servia como alojamento para as famílias que ainda não tinham suas casas construídas. Em alguns momentos também serviu de alojamento para visitantes. Em 2023 encontrava-se desativada devido a estrutura precária como piso, paredes e telhas quebradas; porém em 2024, a casa de apoio está ocupada por uma pessoa que pretende ser assentada.



fig. 37. parte interna da casa de apoio
fonte: acervo da autora, 2023



fig. 36 e 38. casa de apoio na festa de 10 anos
fonte: acervo da autora, 2024

edificação coletiva D | galinheiro

Atualmente, apenas uma família possui criação de aves poedeiras. O galinheiro fica, assim como as demais edificações, num ponto privilegiado da UP 02.



fig. 39. galinheiro
fonte: Visual Agroecologia, 2021

4.6 diagnóstico: arquitetura existente | habitação

A avaliação das habitações existentes considerou, além dos levantamentos realizados especificamente para este trabalho, o estudo do Habitarq junto ao Incra, que realizou a inscrição do Assentamento Comuna Amarildo de Souza no PMCMV-Rural. Ficou definido, pela equipe do Habitarq, que apenas 2 casas serão mantidas e reformadas com o recurso do programa, enquanto as demais famílias – 5 casas – terão moradias novas, conforme exposto na relação a seguir.

fig. 40 - 46. moradias dos assentados
fonte: acervo da autora, 2024

habitação 1 | moradia Val e Vânia

moradores	2 adultos e 2 crianças
fundação	madeira
vedação	madeira
cobertura	fibrocimento
revestimentos	piso de madeira
avaliação	habitação nova



habitação 2 | moradia Daltro

moradores	1 adulto
fundação	madeira
vedação	madeira
cobertura	fibrocimento
revestimentos	contrapiso
avaliação	habitação nova



habitação 3 | moradia Fábio

moradores	1 adulto
fundação	concreto
vedação	mista
cobertura	fibrocimento
revestimentos	piso cerâmico
avaliação	reforma



habitação 4 | moradia Seu Ronaldo

moradores	1 adulto
fundação	bloco de concreto
vedação	mista
cobertura	fibrocimento
revestimentos	contrapiso
avaliação	habitação nova



habitação 5 | moradia Renato

moradores	1 adulto
fundação	concreto
vedação	mista
cobertura	fibrocimento
revestimentos	contrapiso
avaliação	habitação nova



habitação 6 | moradia Bárbara

moradores	2 adultos e 1 criança
fundação	bloco de concreto
vedação	mista
cobertura	fibrocimento
revestimentos	piso cerâmico
avaliação	habitação nova



habitação 7 | moradia Luzia

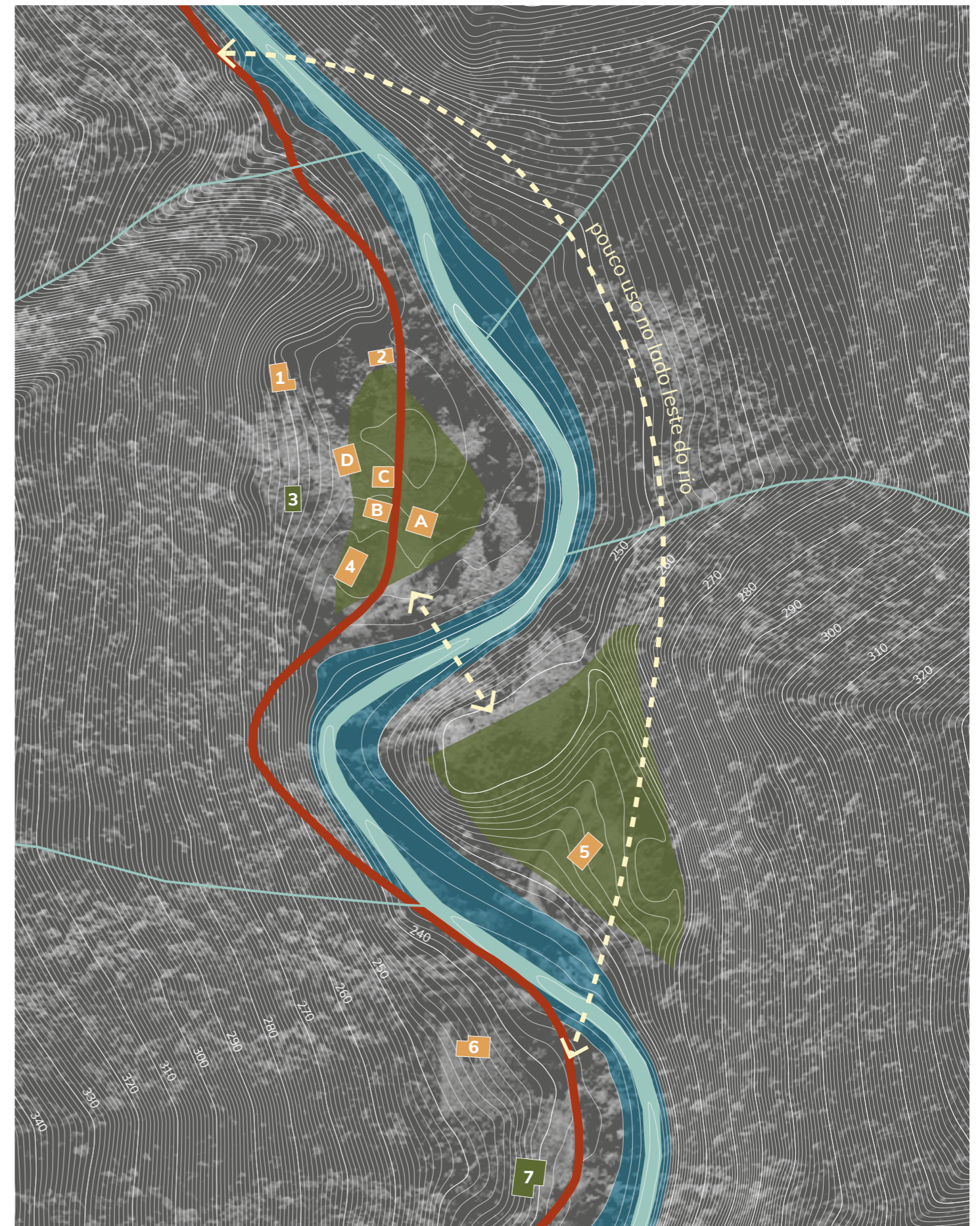
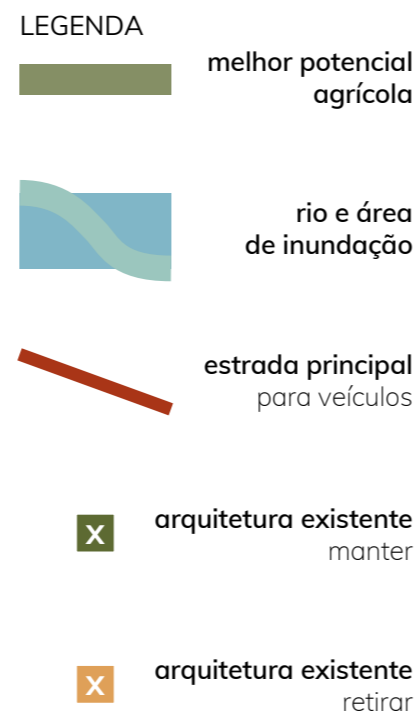
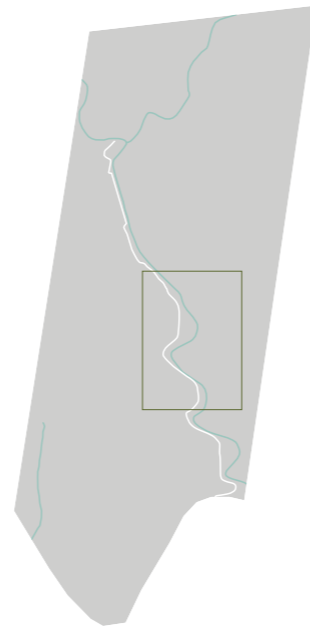
moradores	2 adultos
fundação	concreto
vedação	mista
cobertura	fibrocimento
revestimentos	piso cerâmica
avaliação	reforma



4.7 síntese

O processo de caracterização apresentado até aqui baseou-se na análise de dados provenientes do estado de Santa Catarina, especificamente do município de Águas Mornas, bem como de informações fornecidas pelo Incra/SC, pelo Habitarq e do estudo de viabilidade técnica do assentamento elaborado por Bárbara Santos Ventura (2016), engenheira agrônoma e agricultora assentada. Além disso, uma parte dos dados foi corroborada por meio de visitas, participação em reuniões, festas e atividades de produção agroecológica. A síntese dos fatores determinantes para o projeto, sejam eles de natureza física ou social, possibilita a formulação de um diagnóstico abrangente e de uma proposta coerente para o Assentamento Comuna Amarildo de Souza.

- 96,2% do imóvel é considerado área de interesse ambiental ou inadequado para uso e ocupação do solo por seus aspectos topográficos e/ou hidrográficos;
- atual distribuição do assentamento prioriza a Unidade de Produção 02 em detrimento as outras áreas adequadas para uso e ocupação do solo devido aos poucos caminhos que atravessam o rio e à ausência de estruturas como pontes;
- edificações existentes localizadas em áreas de bom potencial agrícola: 2 habitações estão em boas condições e por isso deverão ser mantidas; 5 habitações estão em condições precárias, por isso indica-se a demolição; todas as edificações coletivas são pequenas ou estão em condições precárias, por isso também indica-se a demolição;
- a baixa produtividade dificulta a manutenção do assentamento e da qualidade de vida dos assentados enquanto pequenos produtores rurais;
- possibilidade de ampliação visto que a capacidade máxima do assentamento é de 11 famílias, segundo avaliação do Incra.



mapa síntese





fig. 47. casa de apoio (direita) e casarão (esquerda) na festa de 9 anos da Comuna Amarildo de Souza
fonte: acervo da autora, 2023

5 A PROPOSTA

5.1 diretrizes da proposta

Dentro do campo da arquitetura e urbanismo, busca-se encontrar soluções pertinentes às necessidades sociais e materiais, alinhadas às possibilidades do escopo deste projeto. Embora as diretrizes gerais do projeto e da proposta de uso e ocupação do Assentamento Comuna Amarildo de Souza sejam considerações abrangentes, elas são definidas a partir do olhar sobre a realidade do assentamento, ao mesmo tempo em que são fundamentadas em uma base teórica que antecede a proposta.

diretrizes ambientais

implementar mecanismos de prevenção aos efeitos das chuvas e outros desastres oriundos das mudanças climáticas;

garantir a preservação ambiental das matas ciliares e da estrutura hídrica;

diretrizes produtivas

priorizar utilização das áreas produtivas indicadas no estudo de viabilidade técnica;

garantir edificações e condições físicas para processamento, armazenamento e distribuição da produção, assim como espaço para maquinários e manutenções gerais;

diretrizes sociais e habitacionais

desenvolver espaços para favorecer a coletividade e sociabilidade nas relações familiares, festividades e nas formas de luta e formação política;

considerar as demandas da moradia camponesa;

propor moradias adequadas às condições ambientais locais, como umidade, temperatura, ventilação e insolação;

utilizar tecnologias construtivas com viabilidade financeira compatível ao PMCMV – Rural;

considerar a facilidade construtiva e de manutenção;

garantir infraestrutura às edificações como esgotamento sanitário, contenção de encostas, segurança etc.

5.2 projeto de zoneamento

critérios

- inexistência de divisão de lotes;
- terras de cultivo próximas ao rio;
- núcleo habitacional nas cotas mais altas do terreno;
- acesso total às áreas produtivas e núcleos habitacionais pelas estradas propostas, evitando grandes deslocamentos;
- indicação de pontes para ampliar a ocupação a leste do rio;
- deslocamento da estrada principal na UP 02 para aumentar a área produtiva e utilizar a estrada como divisa física entre a área produtiva e o núcleo habitacional (ver implantação);
- inclinação máxima de 15% e raio de giro mínimo de 15 metros em todas as estradas, viável para passagem de pequenos caminhões e equipamentos como tobata ou microtrator.



5.2 projeto de zoneamento

LEGENDA

- 
área de proteção permanente (APP)
 Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012
 faixas marginais de cursos d'água, entorno de nascentes e topo de morro

- 
área dos posseiros
 parcela do imóvel ocupada por duas famílias antes da chegada dos amarelos; produção independente

- 
área de plantio A
 área de plantio coletivo destinada a culturas de manutenção cotidiana, como hortaliças-fruto, hortaliças-herbáceas, bananicultura etc.

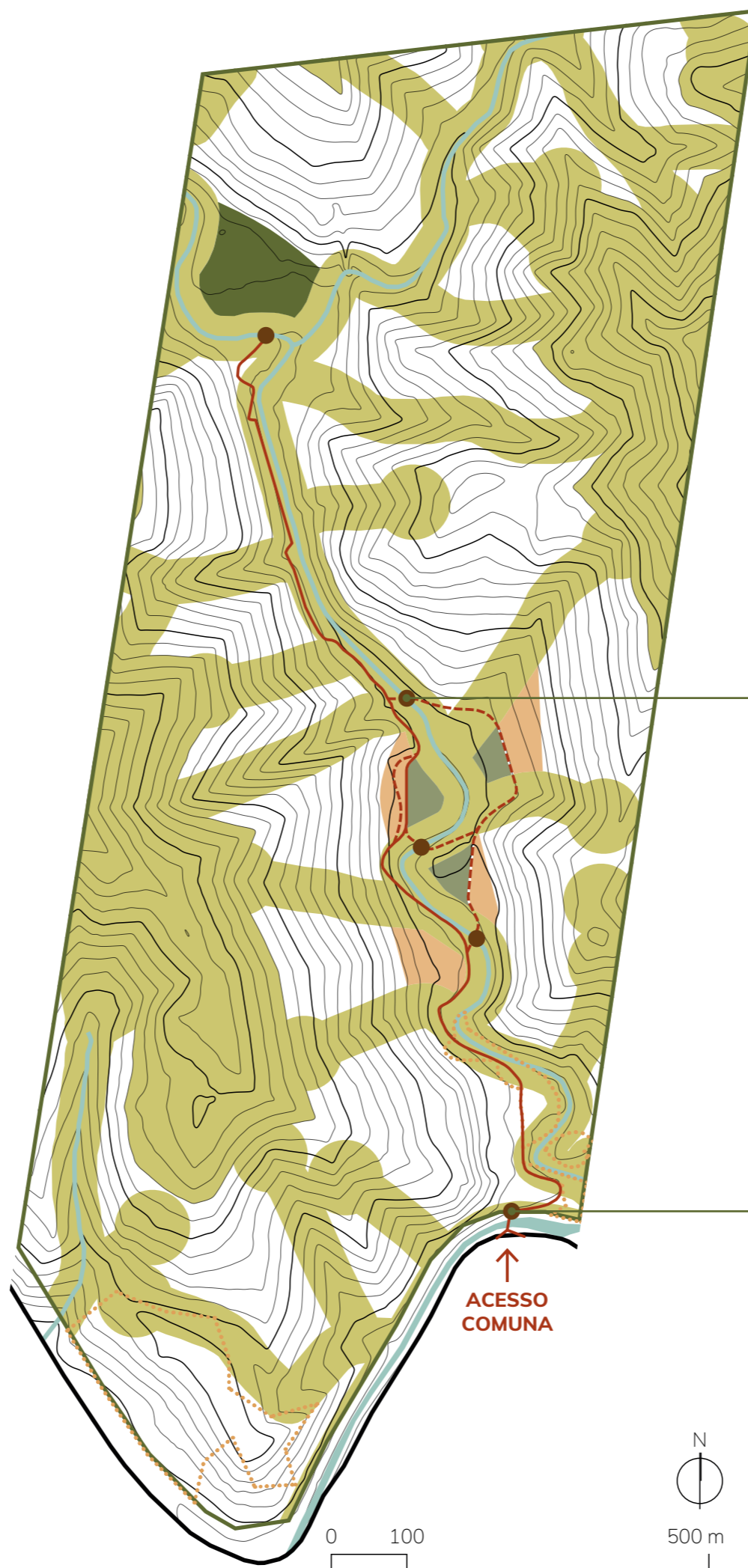
- 
área de plantio B
 área de plantio coletivo destinada a culturas de baixa manutenção, como sementes de açaí, hortaliças tuberosas etc

- 
núcleo habitacional
 parcelas de terra com declividade inferior a 45% e aptidão agrícola regular ou restrita, a fim de evitar a ocupação de terras apropriadas para plantio

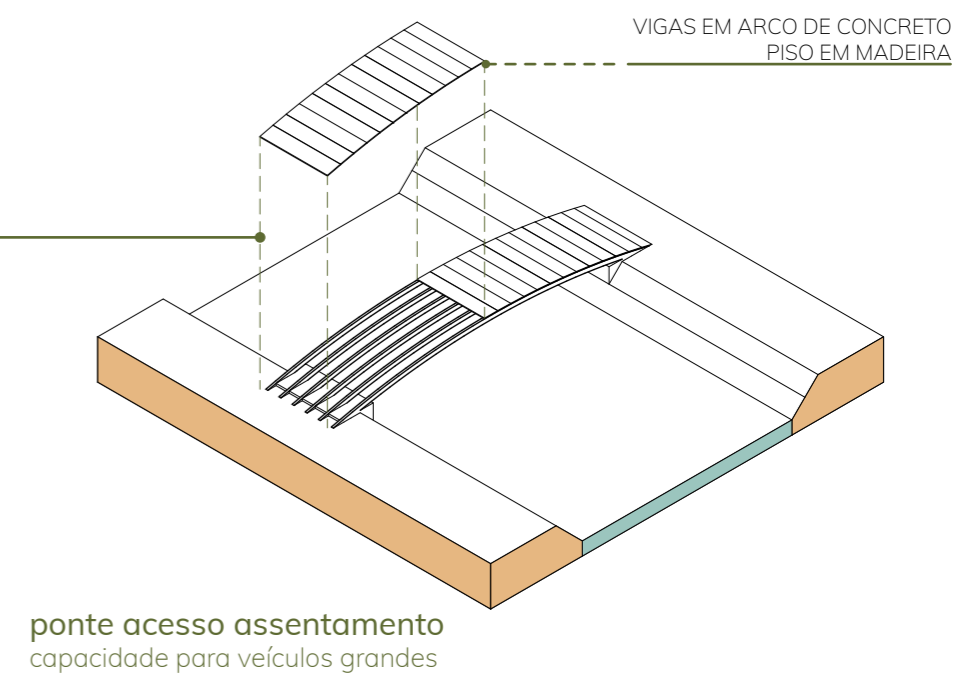
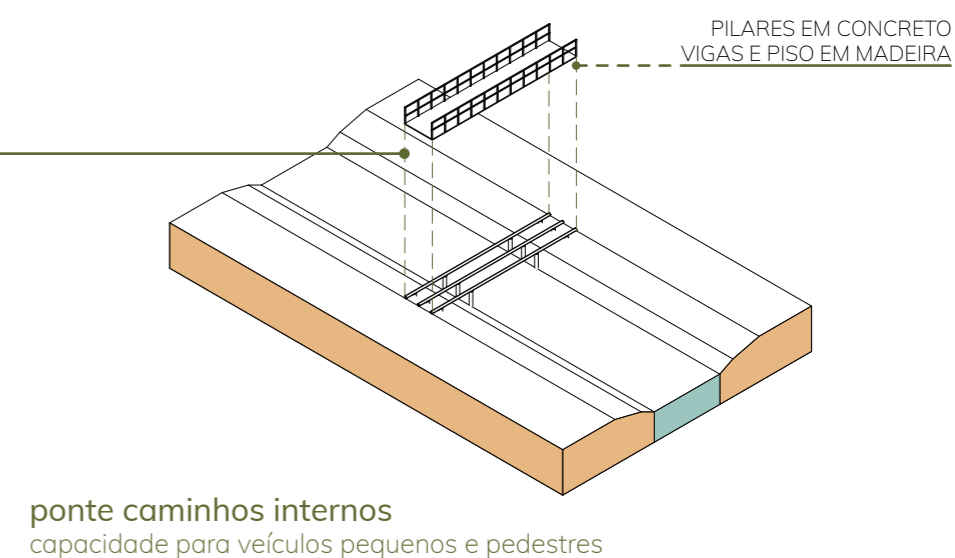
- 
estradas internas
 capacidade para veículos de porte pequeno ou grande

- 
estradas internas
 capacidade para veículos e/ou pedestres

- 
pontes
 capacidade para veículos e/ou pedestres



área total do terreno	1.292.400 m ²
área de proteção permanente	787.060 m ²
áreas dos posseiros	54.268 m ²
núcleo habitacional	18.000 m ²
áreas de plantio	22.855 m ²



mapa de uso e ocupação do assentamento

5.3 implantação

LEGENDA



rio e área de inundação



áreas de plantio



área destinada para usina de energia elétrica



estrada principal para veículos médios e grandes



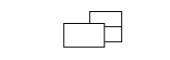
estrada secundária para pedestres ou veículos pequenos



pontes para pedestres ou veículos pequenos



arquitetura existente habitação mantida



arquitetura proposta habitação camponesa



implantação núcleo principal

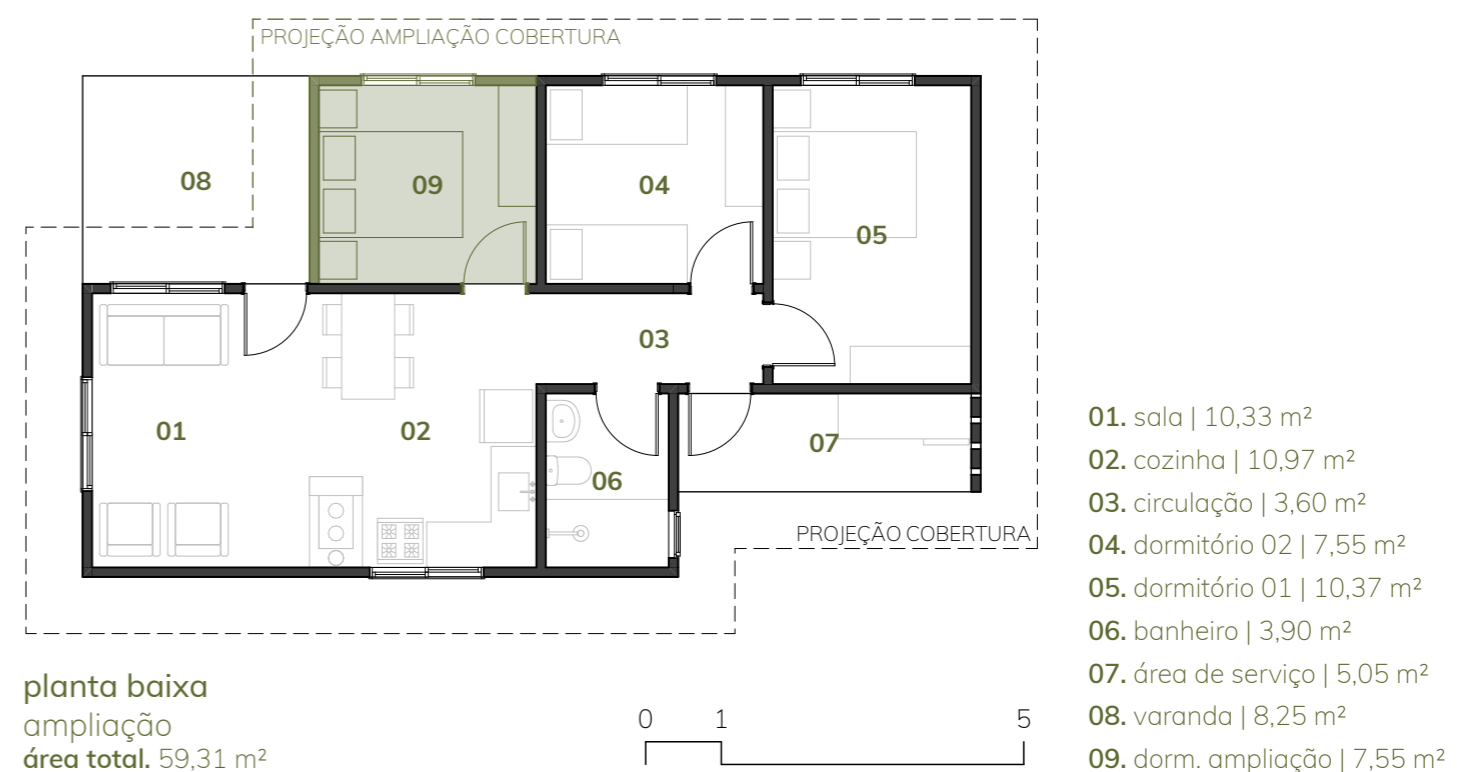
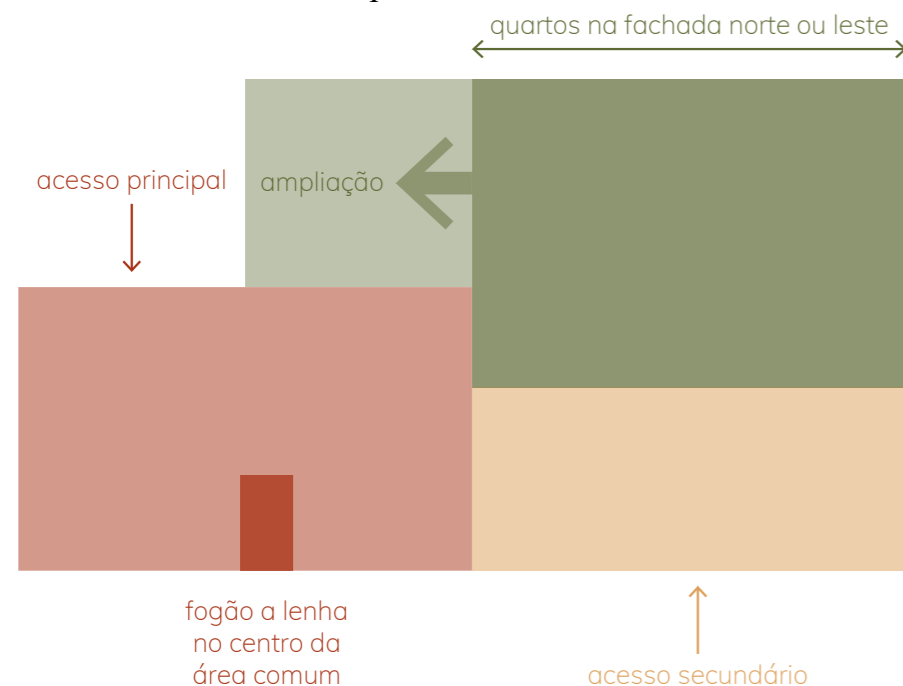
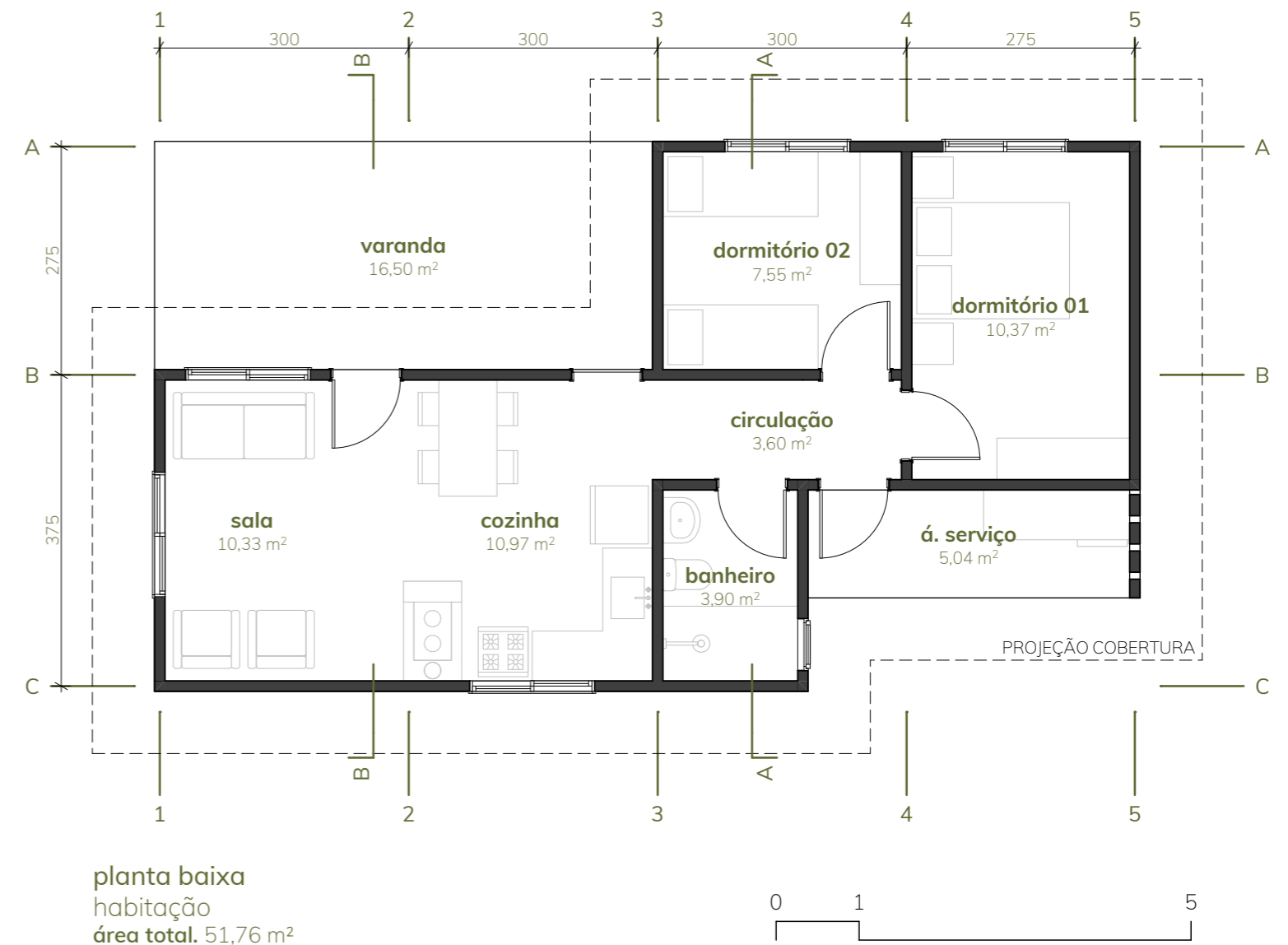


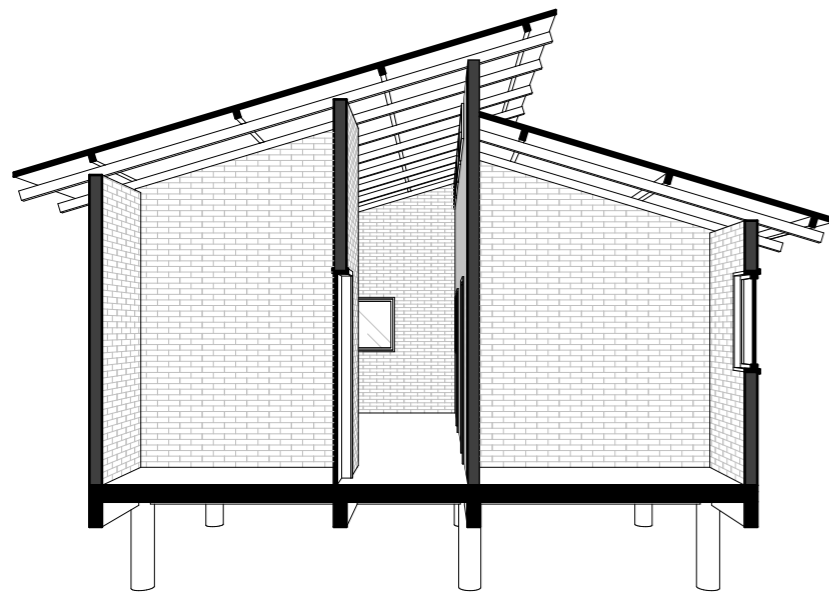
5.4 habitação camponesa

A proposta projetual das habitações foi guiada pelas especificações técnicas mínimas da Portaria do Ministério das Cidades nº 741, de 20 de junho de 2023, que “regulamenta as linhas de atendimento voltadas à provisão subsidiada de unidades habitacionais novas e à melhoria habitacional em áreas rurais, integrantes do Minha Casa, Minha Vida - MCMV Rural” (Ministério das Cidades, 2023).

Além das questões técnicas, a proposta foi desenvolvida a partir das necessidades do meio rural e das famílias do Assentamento Comuna Amarildo de Souza, reflexão possível devido aos estudos teóricos sobre o campesinato e da experiência empírica das visitas ao assentamento. Tomo como exemplo a importância da varanda: algumas vezes os assentados se reúnem para beber café ou fumar no lado de fora da casa enquanto aguardam o momento das próximas atividades.

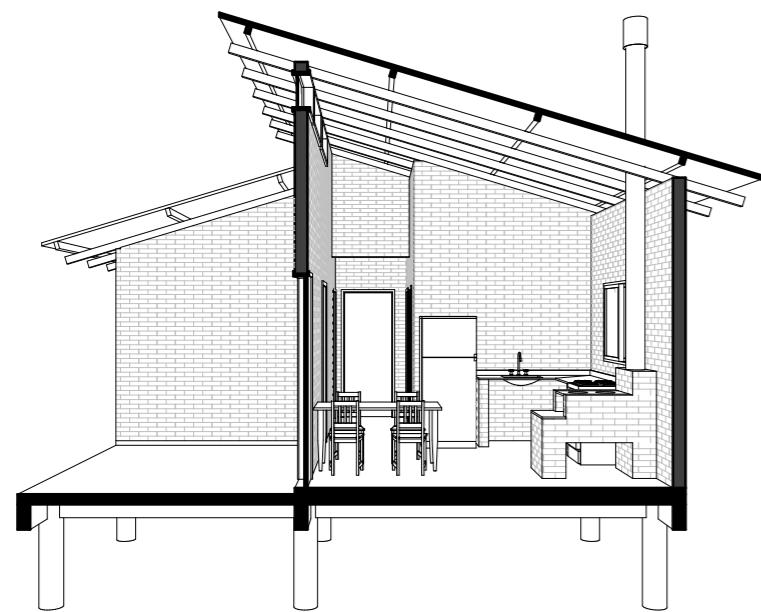
Para a disposição dos ambientes internos da edificação, refletiu-se sobre a insolação e topografia do terreno estudado. Priorizou-se a orientação leste ou norte para os quartos. Já a cozinha e a área de serviço, por serem os ambientes mais importantes para a reprodução do campesinato, tiveram uma disposição de destaque: a cozinha fica no centro da casa, com fogão a lenha como elemento principal; a área de serviço fica orientada a sul com um acesso particular para facilitar a rotina do trabalho no campo.





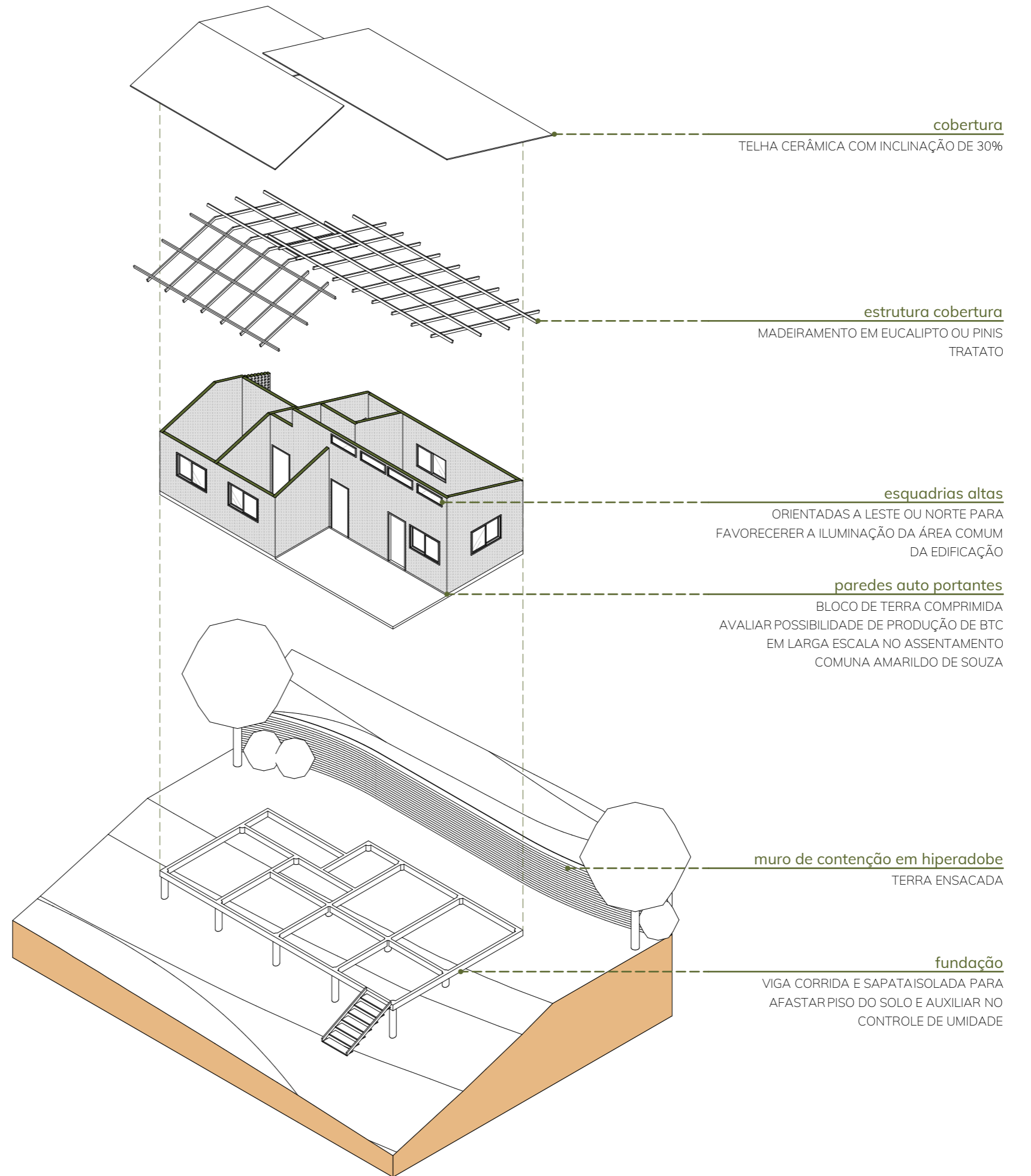
corte AA

0 1 5

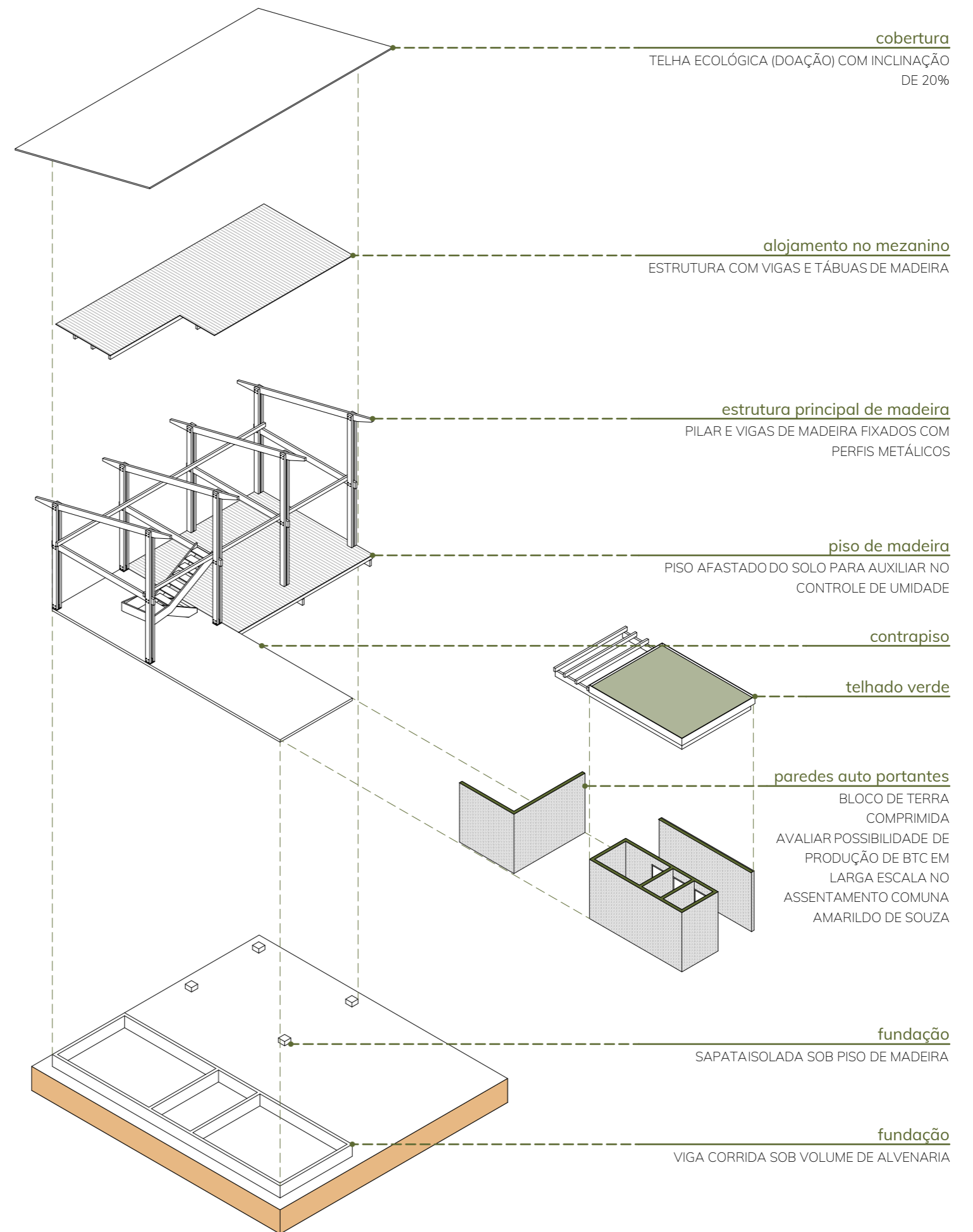
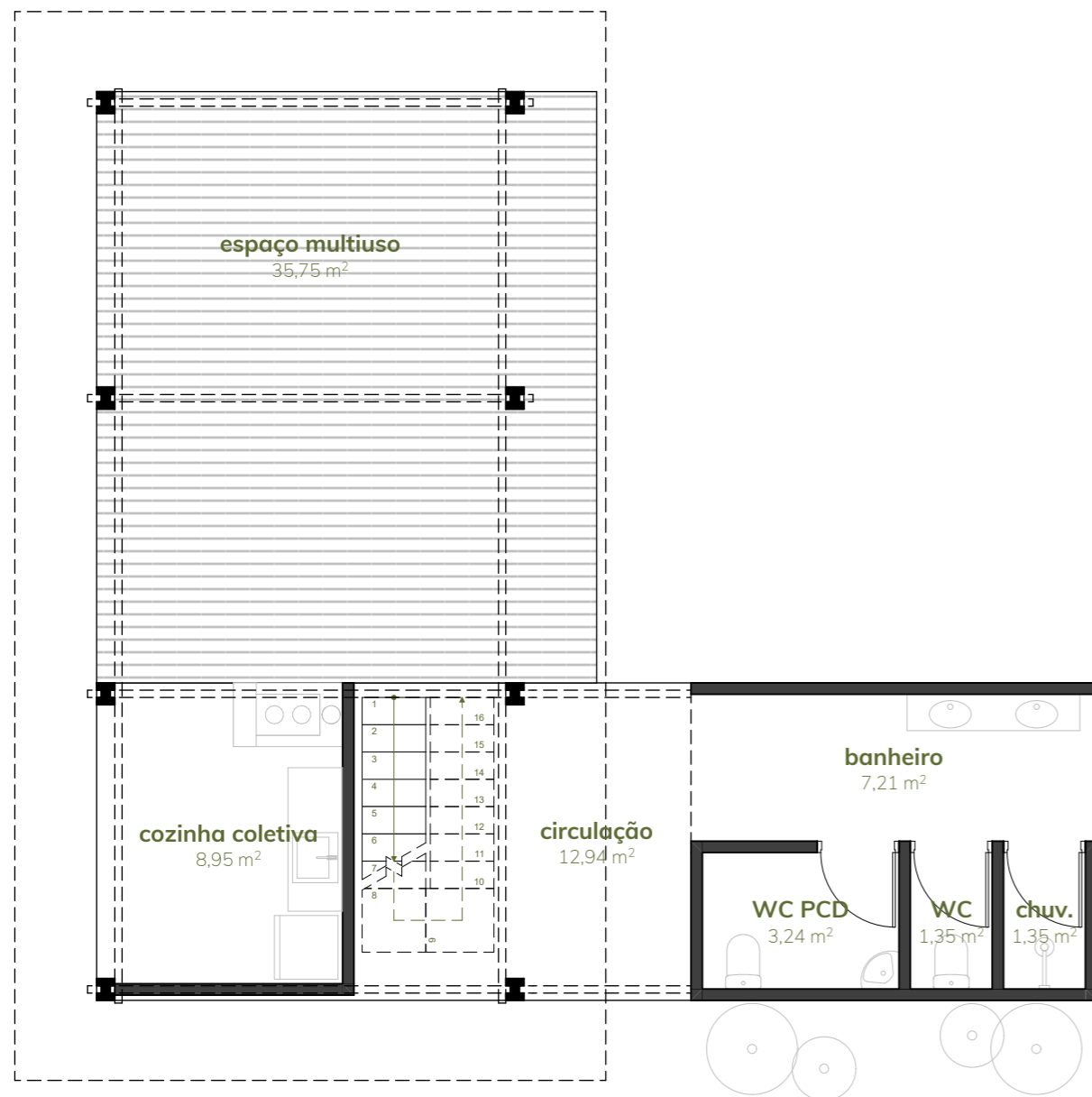


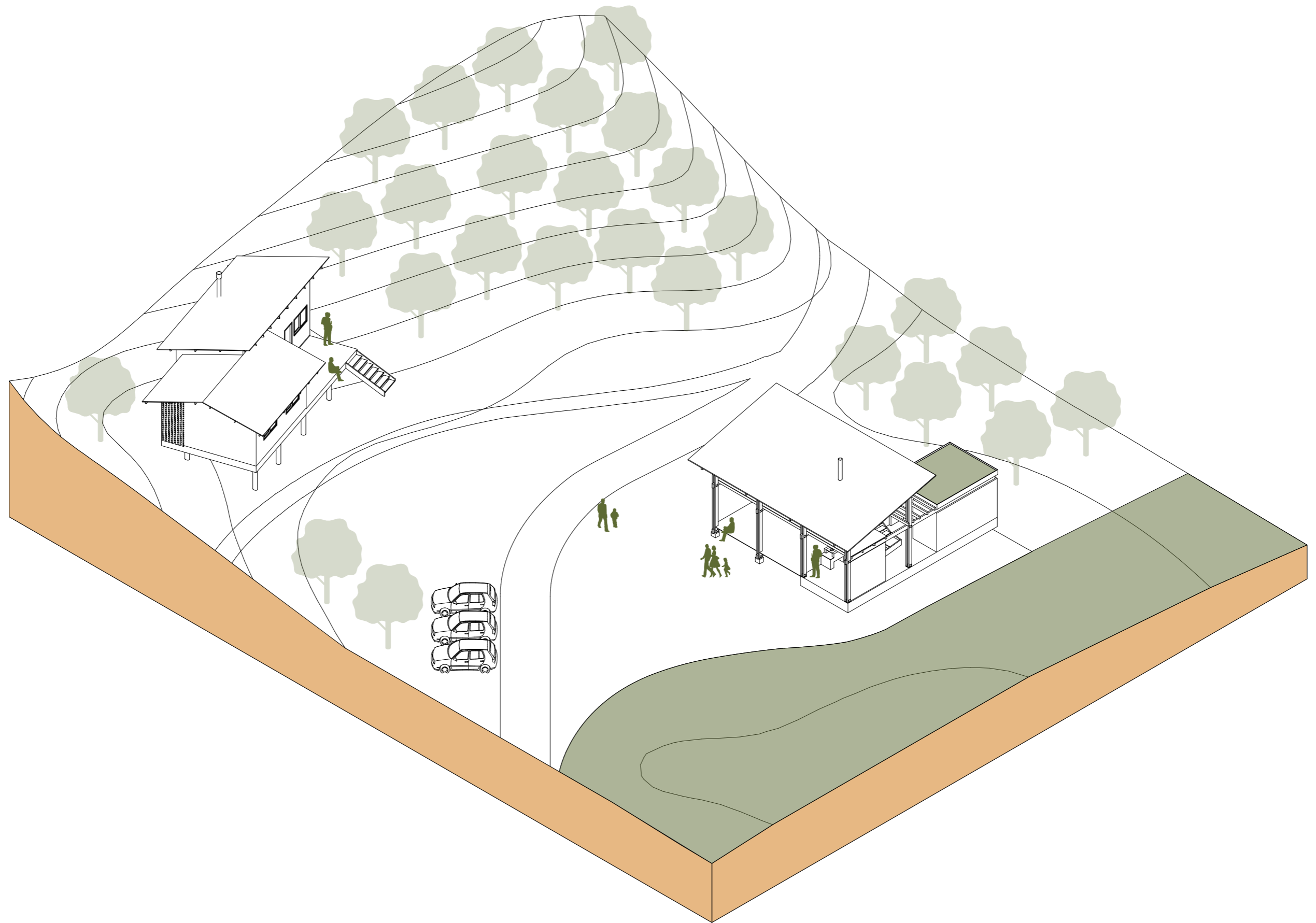
corte BB

0 1 5



5.5 espaço multiuso





REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. 30 nov. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 18 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 24 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 8 abr. 2024.

CALHEIROS, Fernando. **“Terra, Trabalho e Teto”: Movimento de Ocupação Amarildo de Souza e a luta por Reforma Agrária Popular na Região da Grande Florianópolis.** 2016. 222 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2016.

FREITAS, Sueme. **Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo na Habitação Rural: o caso do PNHR em Rancho Queimado/SC.** 2022. 290 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2022.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional e Inadequação de Moradias no Brasil.** [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 21 fev. 2024.

HOFFMANN, Rodolfo. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil?. **Segurança Alimentar e Nutricional**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 417–421, 2015.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A Política de Reforma Agrária. In: GOV.BR. 28 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/a-politica>. Acesso em: 18 fev. 2024.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Parecer sobre a viabilidade técnica e ambiental para a inclusão do Imóvel Matrícula 262, “Acampamento Comuna Amarildo” - Águas Mornas/SC, no Programa Nacional de Reforma Agrária.** [S. l.: s. n.], 2016.

LENZI, Cecília Corrêa. **A habitação camponesa no programa MCMV.** 2017. 142 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2017.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida: uma história da Questão Agrária no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

LIVRAMENTO, Rafael Machado do. **Os ciclos de ocupações urbanas e a Ocupação Amarildo de Souza em Florianópolis/SC enquanto processos de consciência de classe.** 2019. 143 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2019.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Portaria nº 741, de 20 de junho de 2023.** Regulamenta as linhas de atendimento voltadas à provisão subsidiada de unidades habitacionais novas e à melhoria habitacional em áreas rurais, integrantes do Minha Casa, Minha Vida - MCMV Rural. 20 jun. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcid-n-741-de-20-de-junho-de-2023-491676845>. Acesso em: 2 maio 2024.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; BARBOSA, Humberto Junior Neves; DE SÁ, Thiago Hérick. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do censo agropecuário 2006. **PEGADA - A Revista Da Geografia do Trabalho**, [s. l.], v. 18, n. 3, 2018.

MOMM, Ana Luísa Sabanay de Mendonça. **Ocupações e movimentos organizados por moradia em Florianópolis: estudo de caso da ocupação Anita Garibaldi.** 2023. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Tecnologia, Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Cartilha Programa Agrário do MST -VI Congresso Nacional do MST.** [S. l.]: Secretaria Nacional do MST, 2014.

NASCIMENTO, Eron Keoma. **Aqui vivemos, aqui lutamos: A Ocupação Amarildo de Souza no contexto da formação socioespacial de Florianópolis.** 2018. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2018.

SIGNOR, Andrei Luis. **Habitação rural e agricultura familiar: Permanência no campo e Repercussões do PNHR.** 2019. 142 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2019.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000).** Florianópolis: Editora UFSC, 2015.

VENTURA, Bárbara Santos. **Subsídio para o desenvolvimento de Estudo de Viabilidade Técnica – Projeto de Assentamento Comuna Amarildo de Souza.** 2016. 65 f. - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Florianópolis, 2016.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 1998.